

# FINANCIAMENTO DA RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E DE UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA EM ÁFRICA: NOVAS ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS

## 3

### MENSAGENS PRINCIPAIS

- **Serão necessários entre 1,3 e 1,6 trilhões de dólares americanos no período de 2020–2030 para implementar os compromissos de ação climática do continente e as contribuições nacionalmente determinadas (CND).** Além disso, uma vez contabilizadas as quotas de emissões históricas e futuras, o financiamento climático total destinado a África estima-se em 4,76 a 4,84 trilhões de dólares americanos entre 2022 e 2050, representando fluxos anuais de 163,4 a 173 bilhões de dólares americanos.
- **Ainda assim, o financiamento climático comprometido e mobilizado para África fica aquém das necessidades do continente e das quotas históricas de emissões de carbono, criando um déficit de financiamento anual estimado em 99,9 a 127,2 bilhões de dólares americanos em 2020–2030.** Em virtude dos desafios que as atuais fontes de financiamento, os quadros regulamentares deficientes e os riscos colocam, a par das perturbações da COVID-19, o déficit deverá aumentar, a menos que sejam identificadas novas fontes e desembolsados fundos. Até 2050, um quinto do déficit de financiamento global previsto para a adaptação às alterações climáticas verificar-se-á em África.
- **O panorama global do financiamento climático é altamente fragmentado e reflete a economia política da arquitetura dominada pelos doadores.** A existência de uma multiplicidade de partes interessadas tem resultado numa coordenação deficiente, em pouca transparência e responsabilização e numa disponibilização ineficaz de financiamento climático. São necessárias grandes melhorias para estabelecer regras mais claras e mais rigorosas para reforçar o apoio aos países, de acordo com prioridades internas.
- **Podem ser utilizados diversos instrumentos inovadores de financiamento climático para apoiar a resiliência climática e uma transição energética justa em África.** Poderiam ser igualmente desenvolvidas novas fontes para complementar o conjunto de ferramentas existentes. Os instrumentos incluem obrigações verdes, bem como obrigações de sustentabilidade e obrigações e empréstimos indexados à sustentabilidade. Outras opções incluem trocas de dívida por clima e dívida indexada ao clima. Uma reafetação dos Direitos de Saque Especiais (DSE) aos países africanos dar-lhes-ia mais flexibilidade para financiarem as suas necessidades em matéria de clima. Também o potencial dos mercados de carbono poderia ser aproveitado.
- **A nível interno, os bancos verdes e os fundos climáticos nacionais, bem como o financiamento combinado, poderiam ser utilizados para reduzir o risco dos investimentos de financiamento verde do setor privado.** Apesar do seu potencial, o financiamento climático por parte de intervenientes privados continua atrasado em relação ao financiamento público em África. Os bancos verdes e os fundos climáticos nacionais poderiam ajudar a mobilizar o investimento privado e a orientar o financiamento para as necessidades específicas do setor em matéria de alterações climáticas.

As alterações climáticas continuam a ser um dos maiores desafios para a recuperação e o desenvolvimento sustentável pós-COVID-19 em África

- **A alavancagem de instrumentos de financiamento novos e inovadores exigirá ações da parte das principais partes interessadas no financiamento climático:**
  - *Para a comunidade global.* Com base no trabalho deste relatório sobre o orçamento de carbono e a dívida de carbono, o debate sobre o financiamento climático deverá ir além do compromisso de 100 bilhões de dólares americanos assumido pelos países desenvolvidos em 2009. O financiamento da adaptação e da mitigação deve refletir o verdadeiro custo de oportunidade das alterações climáticas em África e noutras regiões em desenvolvimento, a fim de garantir a justiça climática. A comunidade global deve também demonstrar uma forte vontade política para com os compromissos de financiamento climático, à semelhança do que aconteceu com a resposta orçamental global à COVID-19.
  - *Para os países desenvolvidos.* O compromisso de 100 bilhões de dólares americanos deveria ser distinto dos compromissos da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) e do financiamento dos bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD) e ser tratado, pelo contrário, como financiamento novo ou adicional. A reafetação de DSE aos países africanos, tendo o Banco como intermediário designado e preferencial, deveria ser acelerada. Além disso, a existência de mercados de carbono mais eficientes e com melhores preços proporcionaria provavelmente o muito necessário financiamento para as ambições de zero emissões líquidas de África.
  - *Para os países africanos.* São necessárias reformas institucionais e regulamentares urgentes para mobilizar mais financiamento climático privado interno e externo, a fim de incluir o reforço da gestão financeira pública, a promoção da transparência e da responsabilização na prestação de serviços públicos, a melhoria da eficácia do governo na gestão do financiamento climático, a criação de capacidades internas nos ciclos de vida dos projetos relacionados com o clima para aumentar a eficiência e reduzir fugas, o desenvolvimento de instrumentos de mobilização de recursos internos devidamente adaptados e a reforma dos sistemas financeiros nacionais para minimizar os riscos de investimento.
  - *Para os BMD e as partes interessadas bilaterais.* Devem disponibilizar um maior volume de instrumentos financeiros em condições preferenciais, bem como subvenções, apoiando em simultâneo uma maior transparência na contabilidade do carbono e no acompanhamento do financiamento climático.

## INTRODUÇÃO

As alterações climáticas continuam a ser um dos maiores desafios para a recuperação e o desenvolvimento sustentável pós-COVID-19 em África. Combatê-las exige o aumento do financiamento climático a partir tanto de fontes internas como externas. No entanto, os compromissos de financiamento climático passados e presentes ficam aquém das expectativas e das necessidades de financiamento. Na 15.<sup>a</sup> Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP15) em Copenhaga, na Dinamarca, em 2009, os países desenvolvidos assumiram o compromisso de canalizar 100 bilhões de dólares americanos por ano para os países em desenvolvimento para fins de adaptação e mitigação das alterações climáticas e

confirmaram este compromisso no Acordo de Paris, durante a COP21, em 2015. Apesar do impacto evidente das alterações climáticas em África, esta meta nunca foi atingida.<sup>1</sup> Em contrapartida, em resposta à pandemia de COVID-19, foram rapidamente mobilizados cerca de 17 trilhões de dólares americanos através de medidas orçamentais, em 2020 e 2021. Quase 90% deste valor foi concedido pelas economias avançadas e pelos mercados emergentes do G20 (capítulos 1 e 2).

A mobilização de recursos para fazer face ao desafio climático em África deve ir além das negociações e dos nobres compromissos das Nações Unidas e traduzir-se em medidas práticas e concretas, aplicando uma série de abordagens baseadas e não baseadas no mercado, específicas das necessidades dos países. Repartir o

ônus da responsabilidade é tão importante como o cumprimento efetivo dos compromissos.

Este capítulo discute as lacunas de financiamento em África, a atual arquitetura internacional de financiamento climático, novas fontes de financiamento para a resiliência climática, razões para reforçar a coordenação global do financiamento climático e recomendações em termos de políticas sobre o modo como todas as partes podem permitir a África o acesso ao financiamento climático de forma mais equitativa para apoiar a sua transição energética.

## NECESSIDADES, COMPROMISSOS E LACUNAS EM MATÉRIA DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

**Estima-se que as necessidades de financiamento de África para responder às alterações climáticas se situem entre 1,3 e 1,6 trilhões de dólares americanos no período de 2020–2030, com uma percentagem mais significativa para fins de mitigação**

É difícil estimar com exatidão as necessidades, compromissos e lacunas em matéria de financiamento climático a nível mundial devido à incerteza em torno de diferentes cenários de

impacto das alterações climáticas e ainda mais em África, onde a capacidade estatística é limitada. Contudo, as CND incluem compromissos condicionais da parte dos países e apoio externo incondicional para implementar as CND, que são consideradas fontes primárias para estimar as necessidades e compromissos em matéria de financiamento climático. O principal problema é que nem todos os países africanos prestam informações exaustivas sobre o custo da adaptação às alterações climáticas nas suas CND. A Plataforma de CND do Banco apresenta estimativas relativas a todos os países, baseadas nos custos disponíveis comunicados por países individuais, e faz extrapolações para determinar os custos de adaptação para os restantes países.<sup>2</sup> As necessidades de financiamento climático vão além da adaptação, incluindo também a mitigação, necessidades técnicas e tecnológicas, necessidades decorrentes de perdas e danos, monitorização, relatórios e verificação, bem como necessidades de reforço de capacidades (tabela 3.1).

As necessidades cumulativas de financiamento estimadas para que África responda adequadamente às alterações climáticas variam entre 1,3 e 1,6 trilhões de dólares americanos no período de 2020–2030 (tabela 3.1). Só os custos de adaptação estão estimados entre 259 e 407 bilhões de dólares americanos. Se a relação entre o compromisso internacional e o compromisso

As necessidades cumulativas de financiamento estimadas para que África responda adequadamente às alterações climáticas variam entre 1,3 e 1,6 trilhões de dólares americanos apresentando uma média de 1,4 trilhões de dólares americanos

**TABELA 3.1** Estimativa das necessidades de financiamento climático de África em 2020–30

Type of finance needs	Amount or description
Adaptação	259 a 407 bilhões de dólares americanos
Mitigação	715 bilhões de dólares americanos
Necessidades técnicas e tecnológicas	1,38 bilhões de dólares americanos
Necessidades decorrentes de perdas e danos	289,2 a 440,5 bilhões de dólares americanos
Monitorização, relatórios e verificação	258 milhões de dólares americanos para a elaboração de relatórios 46,5 a 93 milhões de dólares americanos para o reforço de capacidades de monitorização, elaboração de relatórios e verificação
<i>Outras necessidades (não estimadas)</i>	
Necessidades do ambiente de financiamento climático	Necessidade de proporcionar um ambiente de financiamento atrativo, diversificar as fontes de financiamento, mobilizar o setor privado, introduzir mecanismos de partilha de riscos e lançar novos instrumentos financeiros
Necessidades de reforço de capacidades	Os projetos no âmbito das Contribuições Nacionalmente Determinadas requerem o desenvolvimento de capacidades desde a conceção até à implementação. Estes custos não são muitas vezes estimados

Fonte: Cálculos da equipa baseados em dados da Plataforma de CND para África (2021).



nacional, em 2020, permanecer constante (com 64% dos custos provenientes de fontes internacionais e 36% de fontes nacionais), o déficit de financiamento da adaptação em África a partir de fontes internacionais varia entre 166 e 260 bilhões de dólares americanos em 2020–30. No mesmo período, o financiamento cumulativo da adaptação necessário a partir de recursos internacionais nos cinco setores prioritários está estimado em 9 a 14 bilhões de dólares americanos para a agricultura; 6,7 a 10,6 bilhões de dólares americanos para água e saneamento e 4,48 a 7 bilhões de dólares americanos para a saúde, a energia e a biodiversidade e ecossistemas.<sup>3</sup>

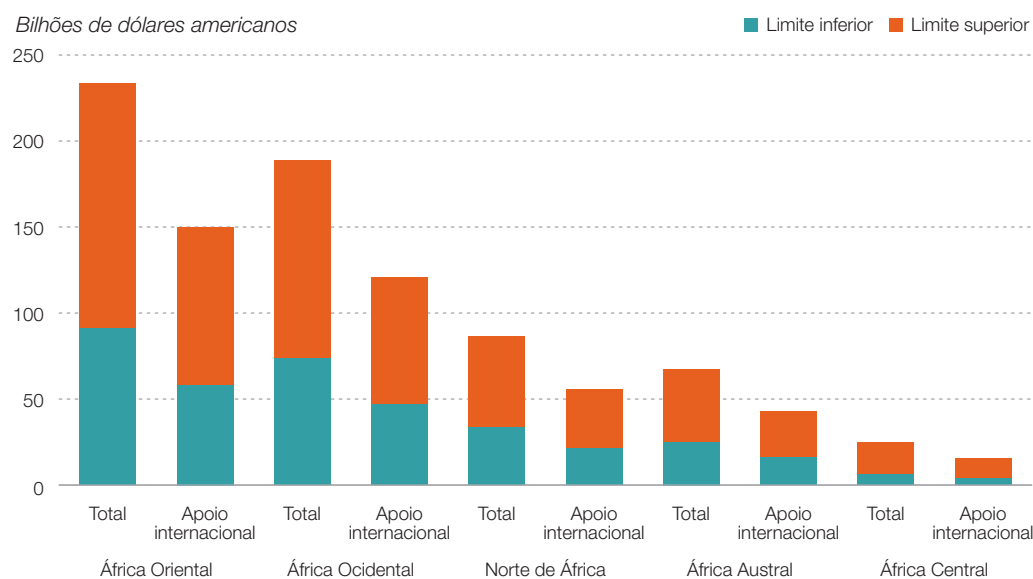
A nível regional, a África Oriental tem o custo de adaptação mais elevado estimado, de 91 a 143 bilhões de dólares americanos, em grande parte devido à sua maior vulnerabilidade às alterações climáticas e menor resiliência e preparação (capítulo 2). Necessita também da maior contribuição em termos de recursos internacionais (58,2 a 91,5 bilhões de dólares americanos) para satisfazer as suas necessidades de adaptação. A África Central apresenta a estimativa mais baixa, de 6 a 19 bilhões de dólares americanos. No caso da África Ocidental, o custo é estimado em 73,5 a 115,5 bilhões de dólares americanos, no caso do Norte de África, de 33,7 a 53 bilhões

de dólares americanos, e, no caso da África Austral, de 25 a 42 bilhões de dólares americanos (figura 3.1).

Dos 715 bilhões de dólares americanos das necessidades de mitigação para 2020–30, a África Oriental representa 7,12 bilhões, a África Central 1,96 bilhões e a África Ocidental 2,81 bilhões, enquanto o Norte de África e a África Austral representam os restantes 703 bilhões. As estimativas da estratégia “Light-Up and Power Africa” do Banco ascendem a 420 a 670 bilhões de dólares americanos para o setor energético.<sup>4</sup> A integração das dimensões de género no financiamento e nas discussões sobre políticas poderá também aumentar as necessidades de financiamento climático para fins de adaptação e mitigação, dado o impacto desproporcionado das alterações climáticas nas mulheres (caixa 3.1).

Prevê-se que os custos decorrentes de perdas e danos devidos às alterações climáticas variem entre 289,2 bilhões (no cenário de baixo aquecimento) e 440,5 bilhões de dólares americanos (no cenário de alto aquecimento),<sup>5</sup> sendo que a África Oriental e a África Ocidental são responsáveis pelas maiores quotas, de 72 a 131 bilhões de dólares americanos, seguidas pelo Norte de África (64,2 a 85 bilhões de

**FIGURA 3.1** Estimativas regionais das necessidades de adaptação às alterações climáticas, 2020–30



Fonte: Cálculos da equipa baseados em dados da Plataforma de CND para África (2021).

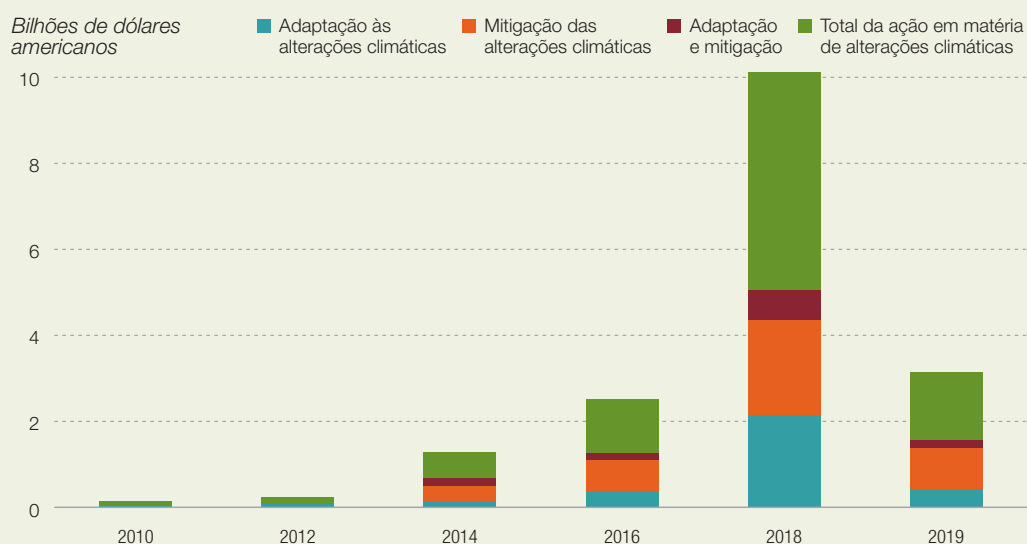
### CAIXA 3.1 Perspetivas de género nas alterações climáticas e no financiamento climático em África

As mulheres são desproporcionadamente afetadas pelos impactos das alterações climáticas, em grande parte devido à persistência de múltiplas desigualdades de género. Sem ações climáticas sensíveis às questões de género, os instrumentos de financiamento climático que proporcionem financiamento para a adaptação e a mitigação em África subestimarão as necessidades de financiamento, exacerbando as desigualdades que desfavorecem as mulheres e as raparigas.

O reconhecimento da importância de ter em conta as perspetivas de género no financiamento climático nos países em desenvolvimento tem vindo a aumentar, o que levou à emergência do financiamento climático sensível ao género, que visa combater as desigualdades de género em África. Este tipo de financiamento, proveniente de diferentes fontes, aumentou de uma média de 80 milhões de dólares americanos, em 2010, para 1,6 bilhões de dólares americanos em 2019, com um pico de 5 bilhões de dólares americanos em 2018 (figura 3.1.1). Na década anterior à pandemia (2010–19), cerca de 50% dos financiamentos climáticos sensíveis ao género (cerca de 720 milhões de dólares americanos) foram canalizados anualmente para fins de mitigação em África, cerca de 37% (aproximadamente 545 milhões de dólares americanos) para fins de adaptação e os restantes 13% (aproximadamente 194 milhões de dólares americanos) para fins de mitigação e adaptação combinados. O aumento do financiamento climático destinado a combater as desigualdades de género e a priorização do acesso das mulheres aos instrumentos de financiamento climático irão reforçar ainda mais a agenda “reconstruir melhor” no período pós-COVID-19.

Embora África registe resultados relativamente bons entre as regiões a nível global, mais de três quartos do financiamento ao desenvolvimento relacionado com o clima não tiveram em conta as necessidades específicas e as contribuições das mulheres durante a década de 2010 (figura 3.1.2). Mais e melhor financiamento centrado nas necessidades específicas de género será crucial para capacitar as mulheres e as raparigas no sentido de reduzirem as desigualdades socioeconómicas persistentes que enfrentam diariamente. Assim, a melhoria da governação e dos procedimentos operacionais, juntamente com a prestação de serviços técnicos de consultoria especializados, é igualmente importante para assegurar a integração eficaz da igualdade de género no financiamento climático.

**FIGURA DA CAIXA 3.1.1** Tendências do financiamento climático sensível ao género por tipo de ações em matéria de alterações climáticas, 2010–19



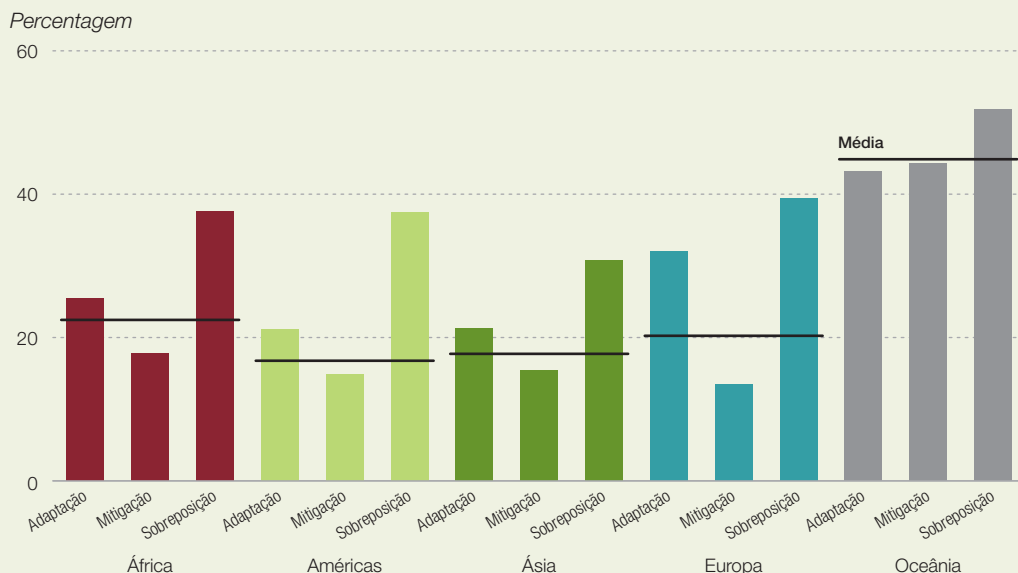
*Nota:* O financiamento climático sensível ao género refere-se ao financiamento climático em que a igualdade de género constitui um objetivo em matéria de políticas principal ou secundário, embora significativo, das atividades de financiamento climático. Os dados estão em valores constantes do dólar americano de 2019.

*Fonte:* Cálculos da equipa baseados na OCDE (s.d. a).

(continua)



**FIGURA DA CAIXA 3.1.2** Percentagem do financiamento climático sensível ao género no financiamento climático total, por região a nível global, média em 2010–19



Fonte: Cálculos da equipa baseados na OCDE (s.d. a).

Alguns países africanos já desenvolveram, com relativo sucesso, programas sensíveis ao género para capacitar as mulheres na adaptação aos impactos das alterações climáticas. Em Moçambique, o programa Resiliência Costeira às Mudanças Climáticas disponibiliza financiamento sensível ao género da parte de doadores para mulheres e homens em comunidades costeiras, investindo na resiliência das mulheres às alterações climáticas e em iniciativas de conservação agrícola. Em 2019 e 2020, o programa distribuiu materiais para a construção de viveiros de mangais e forneceu equipamentos de conservação pesqueira para investir na agricultura de conservação.<sup>1</sup>

Nota:

1. UICN 2020.

dólares americanos), a África Austral (29,2 a 47 bilhões de dólares americanos) e a África Central (35 a 49 bilhões de dólares americanos). Estas estimativas não abordam a complexa questão da compensação dos países africanos pelas perdas e danos decorrentes dos impactos das alterações climáticas. A resolução deste problema exigirá abordagens inovadoras que garantam que o financiamento por perdas e danos não seja encarado como um “ato de caridade, mas sim como um ato de reparação”.<sup>6</sup> (Consultar as reflexões sobre o orçamento de carbono em “A visão de desenvolvimento de África e a centralidade da energia” no capítulo 2).

**O financiamento climático mobilizado pelos países desenvolvidos fica aquém das necessidades dos países africanos, criando um déficit de financiamento climático de 99,9 a 127,2 bilhões de dólares americanos por ano em 2020–30**

Apesar de um aumento constante do financiamento climático global, apenas 79,6 dos 100 bilhões de dólares americanos comprometidos pelos países desenvolvidos foram mobilizados em 2019, dos quais dois terços se destinaram a mitigação.<sup>7</sup> Trata-se de uma pequena fração dos recursos mobilizados em resposta à pandemia de COVID-19 em menos de dois anos (capítulo 1).

Além disso, os 100 bilhões de dólares americanos não refletem as necessidades de financiamento estimadas em África para concretizar a transição para a neutralidade carbônica até 2050 nem o verdadeiro custo de oportunidade das emissões históricas pelas economias avançadas, que excedem em muito os 100 bilhões de dólares americanos prometidos (capítulo 2). Cientes do déficit existente do financiamento climático, os países desenvolvidos, por meio do Pacto Climático de Glasgow, comprometeram-se a duplicar o financiamento fornecido aos países em desenvolvimento para a adaptação até 2025, no valor anual de cerca de 40 bilhões de dólares americanos.<sup>8</sup> Embora louvável, este compromisso não deve ser apenas uma adição aos compromissos já existentes sobre o financiamento climático, mas deve ser materializado em ações.

A quota de África no financiamento climático global mobilizado e disponibilizado pelos países desenvolvidos aumentou apenas 3 pontos percentuais em média em 2010–19, de 23% (48 bilhões de dólares americanos) em 2010–15 para 26% (73 bilhões de dólares americanos) em 2016–19 (figura 3.2). Quer isto dizer que o continente apenas beneficiou de 18,3 bilhões de dólares americanos anuais em 2016–19, muito atrás

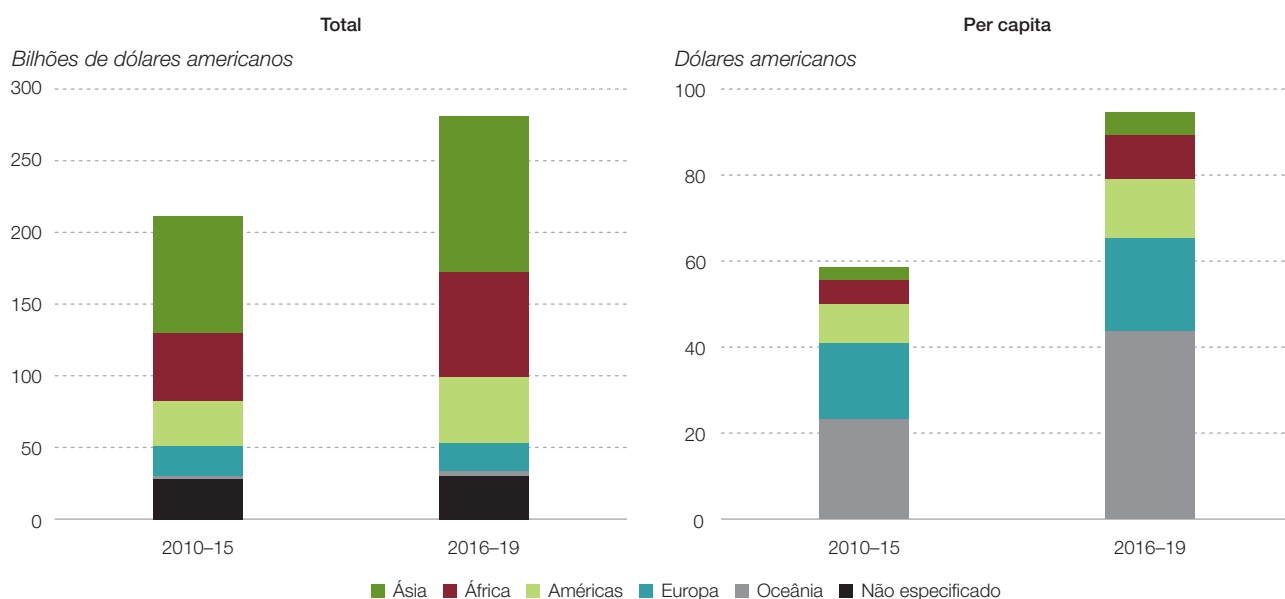
da Ásia, por exemplo (27,3 bilhões de dólares americanos). O impacto da COVID-19 no financiamento climático pode travar ainda mais o fluxo de recursos climáticos para África, dado que os governos das economias avançadas estão a reafetar recursos para fazer face aos efeitos da pandemia. Assumindo que África continua a receber anualmente o mesmo montante de financiamento ao desenvolvimento relacionado com o clima até 2030, o déficit de financiamento resultante variaria entre 99,9 e 127,2 bilhões de dólares americanos por ano em 2020–30, apresentando uma média de 108 bilhões de dólares americanos, limitando significativamente a capacidade dos países para construir resiliência climática. O financiamento climático per capita para África em 2016–19 situava-se em 10,40 dólares americanos, um dos mais baixos do mundo.

**Embora o setor da energia represente 26% do financiamento climático anual de África, os recursos são muito limitados face às enormes necessidades de investimento do continente no setor energético**

Em 2010–19, foram atribuídos cerca de 15,5 bilhões de dólares americanos de entradas de

Assumindo que África continua a receber anualmente o mesmo montante de financiamento ao desenvolvimento relacionado com o clima até 2030, o déficit de financiamento resultante variaria entre 99,9 e 127,2 bilhões de dólares americanos por ano em 2020–30, limitando significativamente a capacidade dos países para construir resiliência climática

**FIGURA 3.2** A quota de África no financiamento climático global aumentou apenas marginalmente desde 2010



Fonte: Cálculos da equipa baseados na OCDE (s.d. a) e na Plataforma de CND para África (2021).

fundos para o clima em África – 26% do total – ao ensino, formação e investigação no domínio da energia, à conservação de energia e à eficiência energética do lado da procura, à política energética e à gestão administrativa ou ao desenvolvimento de centrais hidroelétricas (figura 3.3).

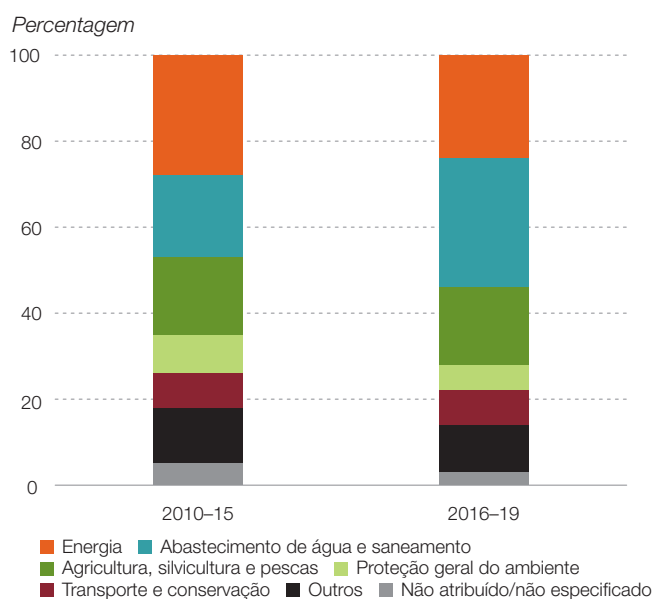
No entanto, estes recursos ficam muito aquém das necessidades de investimento do setor. Por exemplo, no âmbito da iniciativa “Novo Acordo para a Energia em África”, o Banco estima que é necessário um investimento anual de 32–40 bilhões de dólares americanos ao longo da cadeia de valor – geração, interligação, transmissão e distribuição, minirredes e acesso fora da rede – para alcançar o acesso universal à eletricidade até 2030, deixando um défice de financiamento energético ao abrigo do Novo Acordo de 16,5 a 24,5 bilhões de dólares americanos, a ser coberto quer através de fontes de financiamento nacionais quer de outras fontes de financiamento internacionais. As grandes economias do continente – Egito, Nigéria e África do Sul – representam cerca de um terço do seu défice de financiamento (figura 3.4). Em parte, a razão prende-se com o facto de a escala de transição destes países ser

maior e mais complexa, exigindo uma mudança sistémica.

### O financiamento climático insuficiente significa que a maioria dos países africanos não atingirá os seus objetivos condicionais em termos de Contribuições Nacionalmente Determinadas

A implementação da maioria das CND condicionais depende do acesso a recursos financeiros, da transferência de tecnologia e da cooperação técnica, bem como do desenvolvimento de capacidades. As metas condicionais representam cerca de 85% das necessidades totais de financiamento e as metas incondicionais o restante (tabela 3.2). Em África, dos 41 países com dados sobre as CND, 32 países associam condicionalidades de financiamento a compromissos de adaptação e mitigação e 37 países atribuem-nas a compromissos de mitigação (figura 3.5), sendo que a maioria solicita apoio parcial. Os custos associados à componente condicional variam significativamente de país para país, entre 35 bilhões de dólares americanos na Zâmbia e 59 milhões de dólares americanos em São Tomé e Príncipe. Em termos concretos, a menos que os países desenvolvidos aumentem o seu financiamento climático para os países em desenvolvimento, África poderá não cumprir os seus compromissos climáticos.

**FIGURA 3.3** O setor da energia recebeu cerca de 26% das entradas de fundos para o clima em África em 2010–19



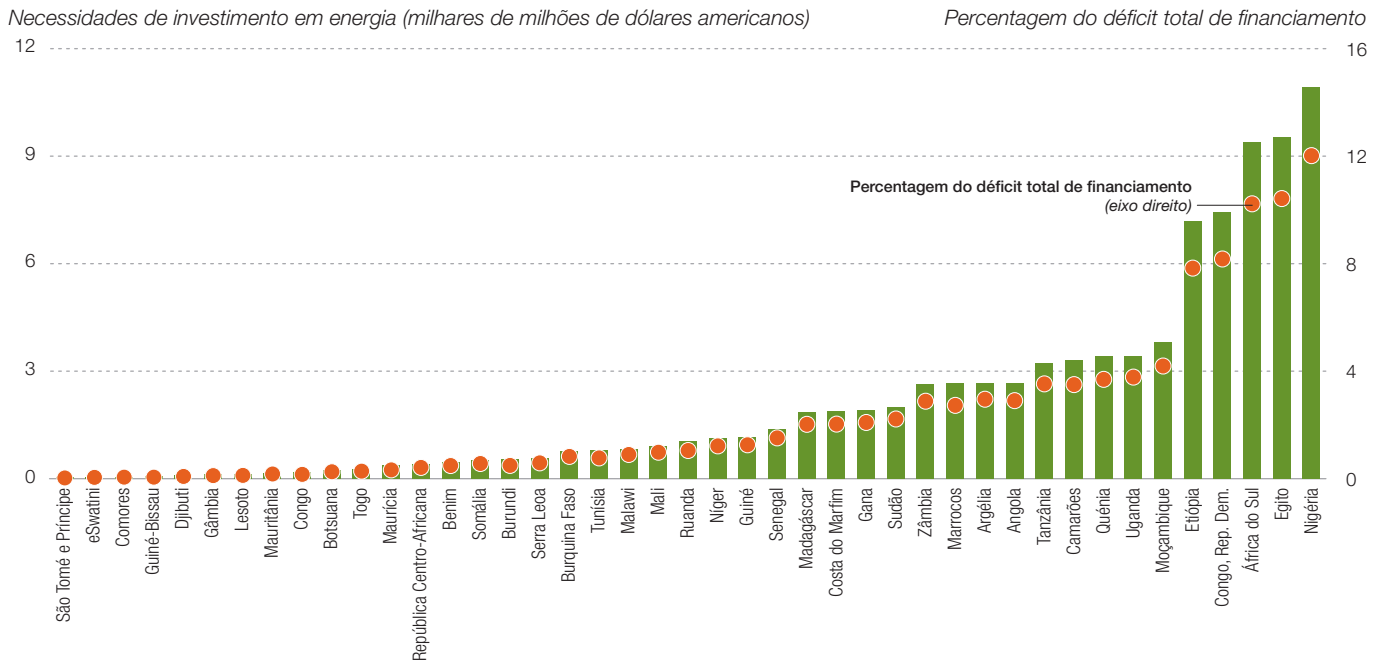
Fonte: Cálculos da equipa baseados na OCDE (s.d. a) e na Plataforma de CND para África (2021).

### Os compromissos em matéria de financiamento climático não devem substituir os compromissos existentes para financiar outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis

As Nações Unidas estabeleceram um objetivo, em 1970, de os países desenvolvidos canalizarem pelo menos 0,7% do seu rendimento nacional bruto para a APD, além de outros compromissos de financiamento global, incluindo para com as alterações climáticas. A relação média entre a APD e o rendimento nacional bruto tem-se situado muito abaixo dessa meta, com uma variação da mediana entre 0,23%, na década de 1970, e 0,25%, na década de 2010 (figura 3.6). Apenas um número reduzido de países desenvolvidos a cumpriram, nomeadamente a Dinamarca, os Países Baixos, a Noruega e



**FIGURA 3.4** O Egito, a Nigéria e a África do Sul são responsáveis por cerca de um terço do déficit de financiamento climático de África em energia



Fonte: Cálculos da equipa baseados no Banco Africano de Desenvolvimento (2021b) e na OCDE (s.d.a).

a Suécia. A APD líquida recebida pelos países africanos (como percentagem do rendimento nacional bruto) aumentou a partir de 1970 até meados da década de 1990, mas diminuiu subsequentemente. Embora o continente se esforce por concretizar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 13 relativo à ação climática, a eliminação da pobreza (ODS 1) é o ODS mais premente em África, exigindo enormes recursos, razão pela qual os compromissos com o financiamento climático não devem provir de um orçamento para a APD em declínio. Com o deflagrar do conflito Rússia-Ucrânia, à medida que os países desenvolvidos redefinem as respetivas prioridades de assistência para apoiarem a Ucrânia, existe o risco de redução ou de atraso dos fluxos de APD para os países africanos e para outros países em desenvolvimento. Na cimeira COP16 em Cancún, no México, em 2010, os países desenvolvidos concordaram que o financiamento climático seria “novo e adicional” para dar resposta às “necessidades urgentes e imediatas dos países em desenvolvimento particularmente vulneráveis” aos efeitos adversos das alterações climáticas.<sup>9</sup>

## INSTRUMENTOS E INICIATIVAS DE FINANCIAMENTO EXISTENTES PARA A RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

### A arquitetura global do financiamento climático

*Complexa e em rápida evolução, a arquitetura atual tem múltiplas fontes, instrumentos e canais*  
A complexidade aumenta as opções de financiamento, a inovação e a descentralização de fontes e cria margem para a complementaridade, embora também introduza dificuldades de coordenação com sobreposição de mandatos e iniciativas, levando muitas vezes a resultados ineficazes. Além disso, acrescentou mais camadas à monitorização, elaboração de relatórios e verificação dos fluxos de financiamento climático. A arquitetura tem três canais principais: instituições bilaterais de ajuda ao desenvolvimento, fundos climáticos multilaterais e fundos regionais ou nacionais (figura 3.7). As iniciativas multilaterais de financiamento climático

A relação média entre a APD e o rendimento nacional bruto tem-se situado muito abaixo da meta de 0,7% da ONU, com uma variação da mediana entre 0,23%, na década de 1970, e 0,25%, na década de 2010

**TABELA 3.2** Financiamento incondicional e condicional necessário para o cumprimento das Contribuições Nacionalmente Determinadas, países africanos selecionados

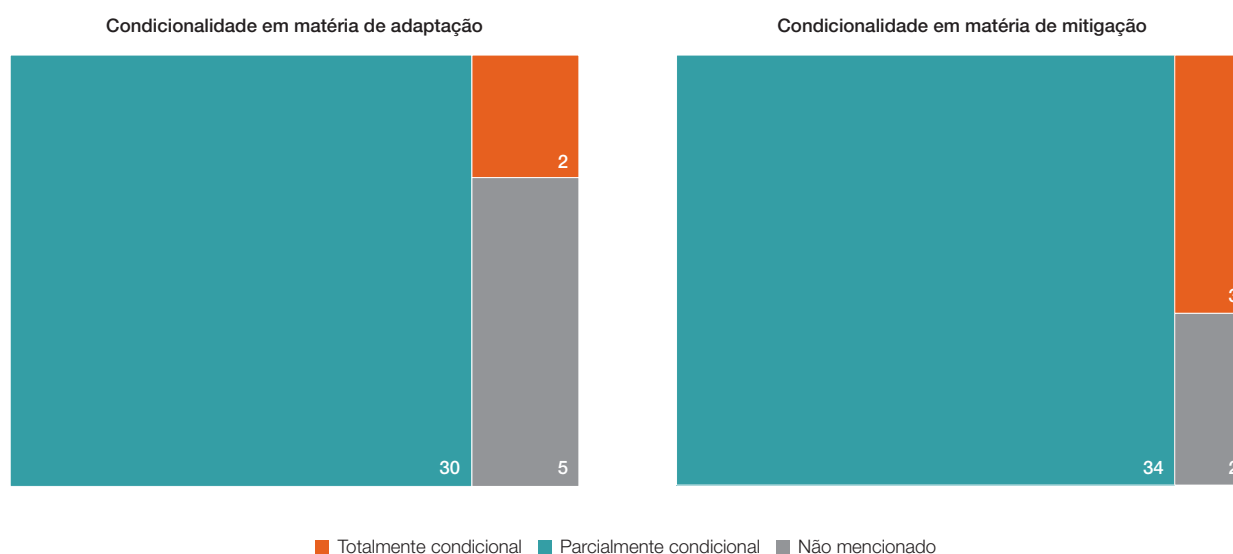
País	Financiamento necessário, bilhões de dólares americanos (salvo se indicado de outro modo)	
	Incondicional	Condicional
Benim	2,1	3,9
Burkina Faso	1,1	0,8
República Centro-Africana	0,3	2,0
Chade	0,5	6,5
Djibuti	70% dos custos totais	1,7
Eritreia	0,4	0,7
Guiné	..	6,5
Guiné-Bissau	..	0,2 até 2020 e 0,5 em 2020–30
Lesoto	1,2	0,6
Madagáscar	4% de fontes de financiamento nacionais	..
Mali	5,2	34,7
Mauritânia	1,1	8,2
Marrocos	26	24
Níger	0,8	6,2
São Tomé e Príncipe	..	<sup>a</sup>
Senegal	1,8	5,0
Seicheles	..	0,3
Tunísia	Cerca de 10% das necessidades totais de investimento para fins de mitigação: 1,8	Cerca de 90% das necessidades totais de investimento para fins de mitigação: 15,8
Zâmbia	..	35

.. sem dados.

a. 59 milhões de dólares americanos.

Fonte: Cálculos da equipa baseados em dados da Climate Watch.

**FIGURA 3.5** Condicionais de financiamento em matéria de adaptação e mitigação no âmbito das Contribuições Nacionalmente Determinadas de África atualizadas



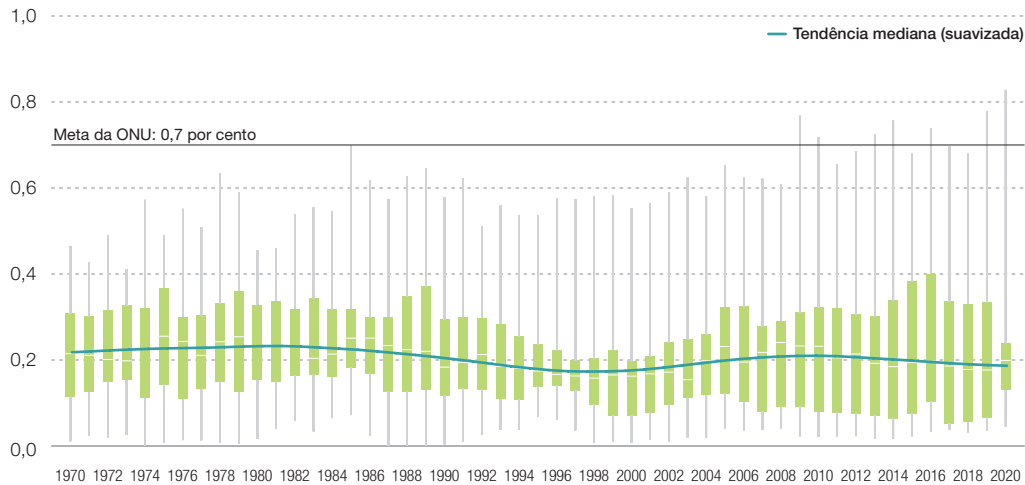
Nota: Os valores referem-se ao número de Contribuições Nacionalmente Determinadas de África atualizadas.

Fonte: Cálculos da equipa baseados em dados de Pauw, Beck e Valverde (2022).

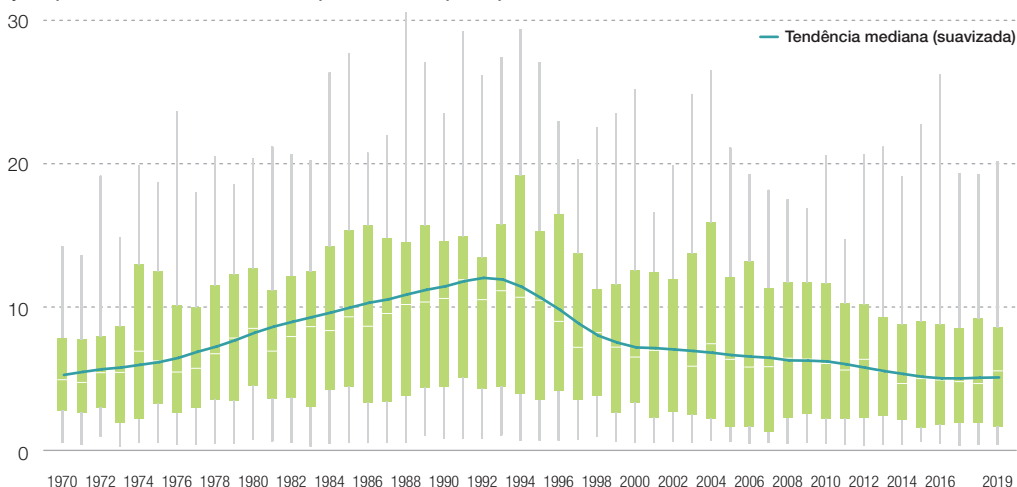
**FIGURA 3.6 Fluxos de entrada e saída de ajuda pública ao desenvolvimento, 1970–2020**

Porcentagem do RNB

Ajuda pública ao desenvolvimento líquida concedida pelos países do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (CAD-OCDE)



Ajuda pública ao desenvolvimento líquida recebida pelos países africanos



Nota: O comprimento das barras corresponde à amplitude interquartil. Os países membros do CAD da OCDE são a Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Nova Zelândia, Noruega, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, República da Coreia, República Eslovaca, Suécia e Suíça.

Fonte: Cálculos da equipa.

podem ou não enquadrar-se no âmbito dos mecanismos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC).

#### Os mecanismos financeiros multilaterais da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas

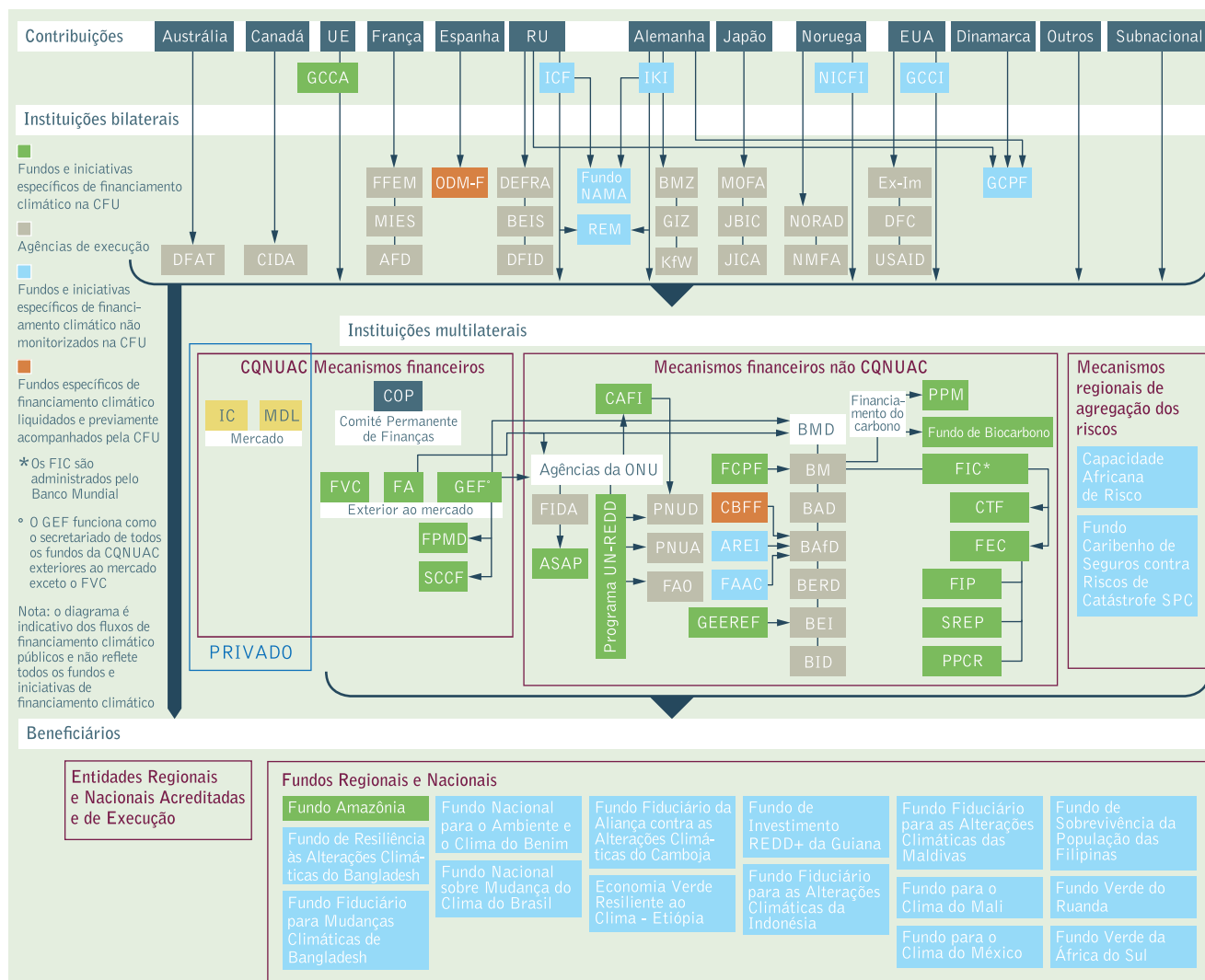
A CQNUAC engloba o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), estabelecido em 1991 como um

mecanismo financeiro da CQNUAC. Em março de 2022, o GEF tinha aprovado mais de 2188 projetos em todo o mundo, incluindo 1219 projetos nacionais, no valor de 3,1 bilhões de dólares americanos, em África.<sup>10</sup> Os recursos do GEF são atribuídos de acordo com o impacto dos dólares americanos aplicados nos resultados ambientais e asseguram uma parte justa para todos os países em desenvolvimento. Além disso, o GEF

A complexidade da arquitetura global do financiamento climático aumenta as opções de financiamento, a inovação e a descentralização de fontes e cria margem para a complementaridade, embora também introduza dificuldades de coordenação com sobreposição de mandatos e iniciativas, levando muitas vezes a resultados ineficazes



**FIGURA 3.7** A arquitetura global do financiamento climático



CFU refere-se à Climate Funds Update. COP refere-se à Conferência das Partes. BMD refere-se a bancos multilaterais de desenvolvimento. SPC refere-se a uma empresa de portfólio segregado. CQNUAC refere-se à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas.

*Nota:* Ver o anexo 3.1 quanto à lista completa de abreviaturas na figura.

*Fonte:* Extraído de Watson e Schalatek (2022).

administra tanto o Fundo para os Países Menos Desenvolvidos (FPMD) como o Fundo Especial para as Alterações Climáticas, que apoiam o desenvolvimento e implementação de Planos Nacionais de Adaptação principalmente através de projetos de menor dimensão (com um teto de financiamento nacional de 20 milhões de dólares americanos).<sup>11</sup> O Fundo Verde para o Clima (FVC) foi lançado em 2015 como mecanismo de financiamento tanto da CQNUAC como do Acordo de

Paris. Em 2019–20, o FVC concedeu cerca de metade do financiamento total dos fundos multilaterais para o clima, seguido do GEF, com 27%.<sup>12</sup> O Fundo de Adaptação, operacional desde 2009, é financiado através de um imposto de 2% sobre a venda de créditos de emissão do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Assim, o Fundo de Adaptação depende mais das contribuições dos países desenvolvidos na forma de subvenções se os preços do carbono forem baixos.

### ***Os mecanismos financeiros multilaterais fora da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas***

Estes mecanismos são administrados, canalizados e implementados através de instituições financeiras multilaterais de desenvolvimento ou agências multilaterais de desenvolvimento. Por exemplo, os Fundos de Investimento Climático (FIC), estabelecidos em 2008, são administrados pelo Banco Mundial com bancos de desenvolvimento regionais, como o Banco Africano de Desenvolvimento. O principal objetivo dos fundos é melhorar o entendimento sobre a melhor forma de aplicar as finanças públicas à escala para a transformação económica; têm financiado intervenções de programas nos países em desenvolvimento.<sup>13</sup> Os FIC incluem o Fundo de Tecnologias Limpas e o Fundo Estratégico para o Clima, que é composto pelo Programa Piloto para a Resiliência Climática, o Programa de Investimento Florestal e o Programa de Aumento de Energias Renováveis para Países de Baixo Rendimento.

Representando a maior parte da arquitetura multilateral do financiamento climático fora da CQNUAC, os BMD comprometeram-se coletivamente a afetar 66,05 bilhões de dólares americanos em financiamento climático em 2020, dos quais 76% se destinaram à mitigação e o restante à adaptação.<sup>14</sup> Contudo, a inclusão do financiamento climático dos BMD no financiamento climático global para os países em desenvolvimento distorce o quadro ao criar uma dupla contagem. Como os países em desenvolvimento são acionistas dos BMD (60% no Banco, por exemplo), o financiamento dos BMD para o desenvolvimento é contabilizado como financiamento climático, o que implica que os países em desenvolvimento estão a contribuir diretamente para o compromisso de 100 bilhões de dólares americanos dos países desenvolvidos.

A maioria dos BMD também administra iniciativas de financiamento climático de âmbito regional ou temático. Por exemplo, o Banco é o administrador da Iniciativa de Energias Renováveis para África e financia uma maior preparação para o financiamento climático através do Fundo Africano para as Alterações Climáticas financiado pela Alemanha.<sup>15</sup> O Banco é igualmente responsável pela gestão do Fundo de Energia Sustentável

para África, que disponibiliza financiamento catalisador para desbloquear investimentos privados em energias renováveis e eficiência energética. O Banco desempenha geralmente um papel determinante na defesa do financiamento climático em África e no apoio aos seus países membros regionais nos respetivos setores energéticos.

### ***Iniciativas bilaterais***

Tais iniciativas abrangem uma grande proporção do financiamento climático público e seguem uma abordagem de ajuda ao desenvolvimento. Embora os fluxos financeiros sejam comunicados pelos próprios países sem um formato normalizado, a ajuda bilateral é registada pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e a ajuda ao combate às alterações climáticas é identificada com marcadores do Rio.<sup>16</sup>

### ***Canais e fundos regionais e nacionais***

Estes fundos, diversos em termos de forma e função, foram estabelecidos por vários países em desenvolvimento, sendo financiados através de financiamentos internacionais e orçamentos nacionais, bem como pelo setor privado. No entanto, os dados sobre os fundos nacionais são limitados.

## **A multiplicidade de iniciativas e instrumentos de financiamento climático para África**

São inúmeras as fontes de financiamento multilaterais para o financiamento climático de África (tabela 3.3). Dentro do financiamento global para África (e correspondendo a mais de 50% deste), as principais incluem a Iniciativa Florestal da África Central, o FPMD e o Programa de Apoio a Pequenos Agricultores para Adaptação às Alterações Climáticas. As iniciativas bilaterais de financiamento climático também destinadas a África constam da tabela 3.4.

A nível regional e nacional, outros fundos relacionados com o clima incluem o Fundo Nacional do Benim para o Ambiente e o Clima, o Fundo para o Clima do Mali, o Fundo Verde do Ruanda e o Fundo Verde da África do Sul. As iniciativas continentais incluem:

- *Programa de Aceleração da Adaptação de África.* O Banco e o Centro Global sobre



**TABELA 3.3 Fundos multilaterais para o clima destinados a África**

Fundo	Foco do fundo	Aprovado (milhões de dólares americanos)	Porcentagem de aprovações globais	Desembolsado (milhões de dólares americanos)	Porcentagem dos desembolsos globais	Compromissos (milhões de dólares americanos)
Programa de Apoio a Pequenos Agricultores para Adaptação às Alterações Climáticas (ASAP)	Adaptação	169,2	57,6	107,1	54,4	382,0
Fundo de Adaptação	Adaptação	260,7	29,9	162,6	31,1	1.160,0
Iniciativa para Paisagens Florestais Sustentáveis do Fundo de Biocarbono (IPFS do Fundo de Biocarbono)	Mitigação – REDD	30	30,5			367,4
Iniciativa Florestal da África Central (CAFI)	Mitigação – REDD	192,7	84,3	192,2	92,3	784,0
Fundo de Tecnologias Limpas (FTL)	Mitigação – Geral	1.020,7	18,0	284,2	15,7	5.783,2
Fundo para a Floresta da Bacia do Congo (CBFF)	Mitigação – REDD	13,1	15,8	5,5	9,3	186,0
Mecanismo de Parceria para o Carbono Florestal – Fundo de Preparação (FCPF-FP)	Mitigação – REDD	121,4	38,6	105,7	38,0	468,8
Programa de Investimento Florestal (FIP)	Mitigação – REDD	264,6	42,8	133,2	48,2	748,6
Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF7)	Múltiplos focos	153,4	9,8			728,4
Programa de Apoio à Aliança Global contra as Alterações Climáticas (GCCA)	Múltiplos focos	337,8	37,9	2,87	0,5	1.652,8
Fundo Mundial para a Eficiência Energética e as Energias Renováveis (GEEREF) <sup>a</sup>	Mitigação – Geral	57,1	25,54	0	0	281,5
Mecanismo de Reparação Independente do Fundo Verde para o Clima (FVC-IRM)	Múltiplos focos	1.777,3	18,7	429,7	18,4	10.322,1
Fundo Verde para o Clima (FVC-1)	Múltiplos focos	20	2,4			9.999,2
Fundo para os Países Menos Desenvolvidos (FPMD)	Adaptação	903,4	67,6	364	68,2	1.878,0
Fundo de Realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)	Adaptação	24	26,8	24	26,8	89,5
Parceria para a Preparação do Mercado	Mitigação – Geral	12,7	15,4	8,3	12,9	131,5
Programa Piloto para a Resiliência Climática (PPCR)	Adaptação	293,3	28,7	253,9	34,6	1.151,8
Programa de Aumento de Energias Renováveis (SREP)	Mitigação – Geral	314,1	46,6	67,5	51,4	778,6
Fundo Especial para as Alterações Climáticas (SCCF)	Adaptação	61,7	21,7	47,4	26,2	379,8
Programa UN-REDD	Mitigação – REDD	29,2	8,5	28,6	8,5	344,9

REDD refere-se a Redução das Emissões provenientes da Desflorestação e Degradação Florestal.

a. Inclui a África Subsariana e regiões do Médio Oriente e do Norte de África.

Fonte: Cálculos da equipa baseados no quadro de indicadores de 2002 da Climate Funds Update, <https://climatefundsupdate.org/data-dashboard/>.

Adaptação uniram esforços para desenvolver este programa a fim de abordar os impactos da COVID-19 e das alterações climáticas nas economias através de uma abordagem triplamente vantajosa. Um dos objetivos é mobilizar 25 bilhões de dólares americanos até 2025

para intensificar as ações inovadoras e transformadoras em matéria de adaptação às alterações climáticas.

- A *Aliança Financeira Africana contra as Alterações Climáticas* foi lançada pelo Banco em 2018 para catalisar o capital privado para o

**TABELA 3.4 Principais iniciativas bilaterais de financiamento climático orientadas para África em janeiro de 2022**

Fundo	Países/organismos benfeitores	Países africanos beneficiários
Fundo de Parceria Global para a Mitigação das Alterações Climáticas (GCPF) <sup>a</sup>	Alemanha, Reino Unido e Dinamarca	Gana, Quênia, Namíbia, Tanzânia, Uganda
Iniciativa Internacional para o Clima (IKI) <sup>b</sup>	Alemanha	Etiópia, Gana, Malawi, Marrocos, Namíbia, Nigéria, Ruanda, Serra Leoa, África do Sul, Tunísia, Zimbábue
Fundo de Realização dos ODM (ODM-F) <sup>c</sup>	Espanha	Etiópia, Mauritânia, Moçambique, Senegal
Fundo de Ação de Mitigação Nacionalmente Apropriada (Fundo NAMA) <sup>d</sup>	Reino Unido, Alemanha, Dinamarca e Comissão Europeia	Cabo Verde, Gâmbia, Quênia, Madagáscar, Marrocos, Moçambique, África do Sul, Tunísia
Iniciativa Internacional para o Clima e as Florestas da Noruega (NICFI) <sup>e</sup>	Noruega	Angola, República Democrática do Congo, Etiópia, Quênia, Libéria, Madagáscar, Malawi, Mali, Moçambique, Nigéria, Somália, África do Sul, Sudão do Sul, Sudão, Tanzânia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue
REDD+ Early Movers (REM) <sup>f</sup>	Alemanha e Reino Unido	Benim, Burkina Faso, República Centro-Africana, Chade, Congo, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné-Bissau, Quênia, Libéria, Madagáscar, Malawi, Mali, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Sudão, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia

a. Países onde o fundo investiu em 2020. b. Países onde a iniciativa tem projetos bilaterais em curso desde janeiro de 2022. c. O fundo centra-se noutras áreas, mas, em termos do ambiente e das alterações climáticas, houve iniciativas-piloto experimentais nos países beneficiários. d. Países onde o fundo tem projetos ativos desde fevereiro de 2022. e. Países parceiros da iniciativa para a cooperação para o desenvolvimento. f. Países onde o REM desenvolve atividades.

Fonte: Contributos da equipa baseados em várias fontes.

desenvolvimento hipocarbónico e resiliente às alterações climáticas em todo o continente. Esta aliança recorre às principais instituições financeiras da região para promover a partilha de conhecimentos, instrumentos financeiros de mitigação dos riscos climáticos, a divulgação dos riscos climáticos e fluxos de financiamento climático.

- *Mecanismo de Benefícios da Adaptação de África.* Desenvolvido pelo Banco, este mecanismo mobiliza financiamentos públicos e privados para a adaptação às alterações climáticas. Pretende reduzir o risco e incentivar investimentos, facilitando pagamentos para a concretização e certificação de benefícios da adaptação, com vista, no último caso, a garantir a credibilidade das atividades de adaptação e aumentar a sua atratividade para potenciais investidores.

## Limites da arquitetura global do financiamento climático

### *Silos organizacionais e mandatos divergentes*

Estão a surgir silos entre as instituições e agências nacionais africanas no domínio do clima e

da energia, que têm o mandato de receber e gerir fundos climáticos, mas objetivos diferentes. Este desalinhamento pode ser agravado por deficiências em matéria de governação e capacidade institucional. Por exemplo, em 2015–19, 6% dos países mais vulneráveis receberam fundos através de entidades nacionais acreditadas no âmbito do FVC, muitas vezes facilitados por organizações internacionais.<sup>17</sup> Embora a maioria dos países extremamente vulneráveis tenha recebido financiamento para projetos de adaptação, algumas das economias africanas com maiores limitações de recursos<sup>18</sup> não tiveram esse acesso.

### *Um setor financeiro subdesenvolvido em África*

Os sistemas financeiros em muitos países africanos são reduzidos e subdesenvolvidos, frequentemente dominados por bancos comerciais, o que condiciona a intermediação de capital a longo prazo por várias razões, incluindo as elevadas taxas de juro do lado da procura. Além disso, a maioria das instituições financeiras nacionais não concede crédito a setores hipocarbónicos essenciais, mesmo com garantias parciais de terceiros, porque têm um conhecimento deficiente

**Estão a surgir silos entre as instituições e agências nacionais africanas no domínio do clima e da energia, que têm o mandato de receber e gerir fundos climáticos, mas objetivos diferentes**

A coordenação poderia ser mais rigorosa entre os prestadores e os beneficiários de fundos nos países em desenvolvimento, através de uma única instituição, equipada com todos os recursos humanos, técnicos e financeiros necessários, designada pelo governo como o ponto focal para todos os fundos climáticos

destes sectores ou uma capacidade limitada para avaliar os retornos de projetos hipocarbónicos. Privilegiam investimentos de elevado retorno com informação explícita sobre o perfil de risco, como no setor imobiliário.

Os mercados africanos de capitais são igualmente subdesenvolvidos e ilíquidos. Em 2020, a mais elevada capitalização bolsista enquanto percentagem do PIB, excluindo a África do Sul (235%), ocorreu na Maurícia (56,4%).<sup>19</sup> A taxa de investimento de África de 24% é inferior à das regiões e economias emergentes, como a China (40%), a Ásia Meridional (28%) e a Ásia Oriental e Pacífico (32%).<sup>20</sup> Os mercados financeiros subdesenvolvidos também têm dificuldades em atrair o crescente conjunto de financiamentos climáticos, como as obrigações verdes. África regista um atraso face a outros mercados emergentes na emissão destas obrigações.

#### *Fatores macroeconómicos*

Já antes da pandemia de COVID-19, África enfrentava diversos contratempos macroeconómicos, incluindo a depreciação da taxa de câmbio e choques nos preços dos produtos de base, com repercussões para o financiamento climático menos tradicional.<sup>21</sup> O risco financeiro tem vindo a aumentar desde o início da pandemia, desencadeando uma transição de ativos de maior risco, como os projetos hipocarbónicos, para ativos globais isentos de risco.<sup>22</sup> As alterações climáticas e outras catástrofes naturais estão a causar mais perturbações nas economias africanas (capítulo 2), mas contraintuitivamente, ao invés de incentivarem o financiamento climático, estas ocorrências induzem custos de financiamento mais elevados<sup>23</sup> e, com a diminuição da folga orçamental em África, estes custos acrescidos podem agravar as vulnerabilidades da dívida pública e prejudicar as notações de crédito de um país.<sup>24</sup> Os impactos das alterações climáticas estão também a aumentar os prémios dos seguros, desmotivando ainda mais os investidores com menos recursos.<sup>25</sup> Globalmente, África enfrenta uma grande incerteza e as medidas orçamentais contra a pandemia, bem como as afetações de DSE, dos países desenvolvidos não favorecem a região, alargando ainda mais a desigualdade entre África e o resto do mundo.

## **Quatro vias de melhoria da arquitetura global do financiamento climático**

### *Alcançar melhor coordenação*

A complexa arquitetura apresenta desafios de coordenação, causando sobreposições de iniciativas e uma afetação ineficiente de recursos, que poderiam ser atenuadas com uma melhor interação entre os secretariados dos fundos e os órgãos de governação. Por exemplo, o FPMD poderia centrar-se no apoio aos países menos desenvolvidos em matéria de planeamento da adaptação, enquanto o Fundo de Adaptação ou o FVC poderia apoiar projetos e programas de adaptação decorrentes desses planos.<sup>26</sup> A coordenação poderia também ser mais rigorosa entre os prestadores e os beneficiários de fundos nos países em desenvolvimento, através de uma única instituição, equipada com todos os recursos humanos, técnicos e financeiros necessários, designada pelo governo como o ponto focal para todos os fundos climáticos. Os progressos reduziriam significativamente os custos administrativos que os países beneficiários suportam (dadas as muitas vezes inúmeras entidades nacionais de gestão), aumentariam a eficiência dos fundos recebidos e melhorariam a sua implementação.

### *Harmonizar as exigências dos fundos*

A comunidade internacional deve harmonizar os procedimentos para aliviar os encargos de múltiplas candidaturas para os países em desenvolvimento, mantendo ao mesmo tempo elevados padrões fiduciários e de salvaguarda.<sup>27</sup>

### *Financiar programas e não projetos pontuais*

O financiamento de programas envolve a conjugação de atividades que contribuem para um resultado comum, ou seja, uma iniciativa sustentável em vários países africanos ao contrário de apenas um. Esta mudança poderia aumentar a eficiência porque as entidades desenvolveriam um maior conjunto de recursos no âmbito de uma única proposta. O FVC e os FIC estão particularmente bem colocados para apoiar mais abordagens programáticas.

### *Especialização dos fundos existentes*

Os fundos poderiam tirar partido da sua vantagem comparativa para se especializarem em



diferentes áreas essenciais e dimensões de projetos e assumir um risco acrescido. A longo prazo e dependendo do desempenho e da evolução da arquitetura, alguns fundos, uma vez cumprida a sua finalidade, poderiam fundir-se ou liquidar-se.

## NOVAS FONTES DE FINANCIAMENTO PARA APOIAR A RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA EM ÁFRICA

Esta secção destaca as principais áreas de novas fontes de financiamento para uma transição energética justa e atividades mais amplas: o financiamento verde, mercados de carbono, trocas de dívida por clima, dívida associada ao clima, reafetação de DSE a favor de África, contabilidade do capital natural, áreas de novos financiamentos internos e aumento da participação do setor privado.

### Financiamento verde

O enquadramento da ação climática em torno da neutralidade carbónica criou um interesse renovado no financiamento verde. Diversos conjuntos de intervenientes reuniram-se em torno do objetivo global da neutralidade carbónica para chegar ao Acordo de Paris. Na COP26, em Glasgow, no Reino Unido, no final de 2021, mais de 450 instituições financeiras representativas de 130 triliões de dólares americanos em ativos comprometeram-se a realizar investimentos de base científica e orientados para o clima para alcançar metas de neutralidade carbónica.<sup>28</sup> Por essa altura, cerca de 1500 fundos de pensões, universidades e outras organizações em todo o mundo, representando mais de 39 triliões de dólares americanos em ativos, tinham-se comprometido publicamente a desinvestir nos combustíveis fósseis.<sup>29</sup> Além disso, 35 países comprometeram-se a fornecer aos investidores informações fiáveis sobre os riscos climáticos para orientar os investimentos verdes.<sup>30</sup> É provável que esta dinâmica global no sentido do financiamento verde continue a aumentar.

O mercado financeiro verde africano expandiu-se ao longo dos últimos cinco anos, mas

o continente ainda apresenta margem para expansão. Existe uma apetência mundial para o financiamento verde, como demonstraram os 623 bilhões de dólares americanos em obrigações verdes emitidos em todo o mundo em 2021, apesar de a maioria ter ocorrido em países desenvolvidos (figura 3.8). Em 2021, África representou apenas 0,26% da emissão global de obrigações verdes, a percentagem mais baixa de todas as regiões a nível global. E, com exceção dos empréstimos verdes, em que o continente representou cerca de 1,9% da emissão global em valor em 2021, África representou menos de 1% da emissão global de obrigações de sustentabilidade e de obrigações e empréstimos indexados à sustentabilidade. Mais uma vez, a maior parte do financiamento verde foi emitida em economias avançadas. A caixa 3.2 define estes tipos comuns de financiamento verde.

A África do Sul foi responsável por 73,8% de todas as obrigações cumulativas emitidas em África em 2010–21 (figura 3.9). O número de emittentes de financiamento verde é reduzido, sendo dominado pelo setor empresarial.<sup>31</sup> As receitas provenientes destas emissões são afetadas sobretudo ao desenvolvimento energético, embora as recentes afetações tenham também contemplado a construção, os transportes, a água e a gestão de resíduos.<sup>32</sup>

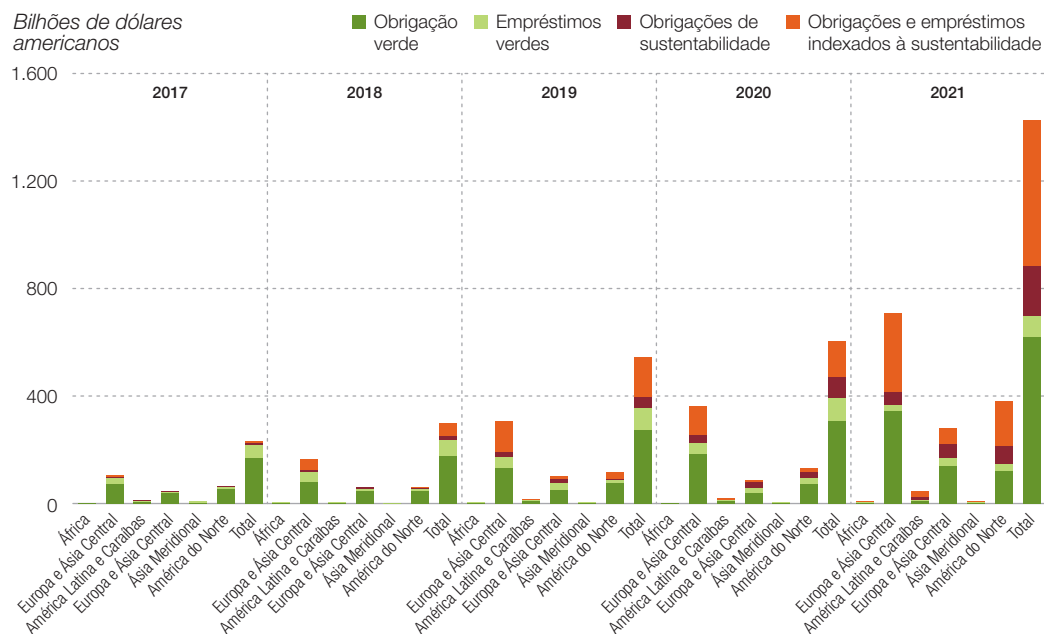
As obrigações verdes oferecem uma boa oportunidade para explorar o financiamento verde em África. As obrigações verdes apresentam benefícios em termos de custos de financiamento, ao contrário dos empréstimos e dos investimentos de capital. Em primeiro lugar, as obrigações permitem a dispersão da propriedade da dívida pelos investidores, o que se traduz em riscos repartidos e em prémios de risco e custos de financiamento mais baixos. Em segundo lugar, o mercado secundário de obrigações promove a liquidez e oferece aos financiadores estratégias de saída a curto prazo e períodos de reembolso mais curtos. Em terceiro lugar, o financiamento de obrigações permite o diferimento dos reembolsos de capital, o que permite aos projetos gerar retornos e cobrir os custos de capital durante o período de reembolso. Trata-se de uma vantagem quando estão envolvidas tecnologias de energia limpa de capital intensivo, uma vez que é provável que

---

O mercado financeiro verde africano expandiu-se ao longo dos últimos cinco anos, mas o continente ainda apresenta margem para expansão



**FIGURA 3.8** A emissão de financiamento verde está fortemente concentrada nos países desenvolvidos e ainda não se generalizou em África, 2017–21



As obrigações verdes oferecem uma boa oportunidade para explorar o financiamento verde em África

Nota: Ver as definições dos quatro tipos de financiamento verde apresentados na caixa 3.2.

Fonte: Cálculos da equipa baseados no relatório BloombergNEF (2021).

### CAIXA 3.2 Explicação dos termos do financiamento verde

O *financiamento verde* inclui financiamento destinado a atividades que geram bens e serviços ambientais e previnem danos ambientais. O financiamento verde é um subconjunto do *financiamento sustentável*, que envolve investimentos em atividades que consideram objetivos ambientais (incluindo as alterações climáticas), sociais e de governação; o financiamento verde coloca uma ênfase mais diversificada na consecução dos objetivos climáticos.

Por conseguinte, o financiamento verde engloba investimentos que internalizam os riscos das alterações climáticas e que podem, apesar destes riscos, continuar a gerar receitas – reduzindo gradualmente, em termos práticos, o financiamento de atividades que contribuem para o aquecimento global, como a utilização de combustíveis fósseis, e aumentando o financiamento de áreas que apoiam uma transição justa, o desenvolvimento sustentável e a resiliência climática.

As *obrigações verdes* são o tipo de financiamento verde mais utilizado. Trata-se de instrumentos baseados na dívida, que permitem aos mutuários afetar as receitas a atividades que geram resultados positivos em matéria de ambiente e alterações climáticas. Os *empréstimos verdes* são geralmente muito mais limitados.

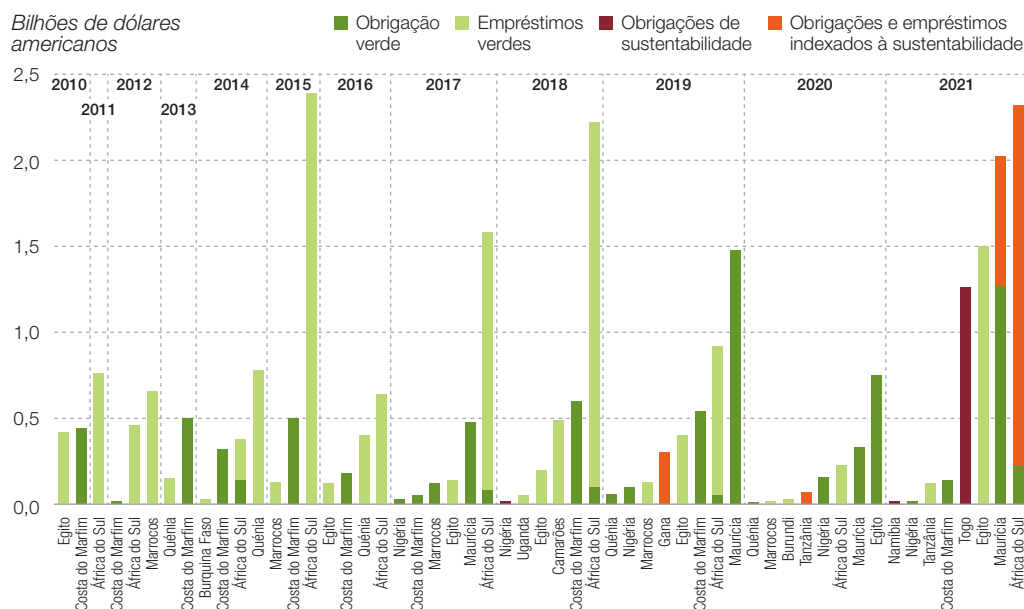
Outros tipos de financiamento verde incluem *obrigações de sustentabilidade*, *obrigações indexadas à sustentabilidade* (OIS) e *empréstimos indexados à sustentabilidade*. Com as obrigações de sustentabilidade, as receitas da emissão de obrigações são utilizadas para financiar projetos verdes ou ambientais e sociais. Ao contrário das obrigações de sustentabilidade, que têm

(continua)

várias restrições, as OIS não têm limites na forma como os fundos da emissão de OIS são utilizados; pelo contrário, espera-se que as receitas das OIS incorporem objetivos de sustentabilidade voltados para o futuro. Os empréstimos indexados à sustentabilidade correspondem a quaisquer tipos de instrumentos de empréstimo ou linhas de crédito condicionais (como linhas obrigacionistas, linhas de garantia ou cartas de crédito) que incentivam o mutuário a atingir objetivos ou metas de desempenho de sustentabilidade ambiciosos e predeterminados, incluindo indicadores-chave de desempenho. Em projetos relacionados com o clima, os empréstimos indexados à sustentabilidade destinam-se a incentivar a transição para uma economia mais sustentável, recompensando os mutuários por melhorias mensuráveis do seu impacto no planeta ou nas pessoas.

Fonte: Contributo da equipa com base em Spinaci (2021) e no Banco Mundial (2020, 2021).

**FIGURA 3.9** Financiamento sustentável e verde emitido em África, 2010–21



Fonte: Cálculos da equipa baseados no relatório BloombergNEF (2021).

os primeiros anos do ciclo de vida dos projetos gerem fluxos de caixa negativos.

As prioridades de África em termos de financiamento verde incluem infraestruturas de energia limpa e resilientes ao clima, como transportes e edifícios em zonas urbanas com baixo teor de emissões. África tem assistido a um aumento regular do interesse do mercado no financiamento verde, mas continua a deparar-se com obstáculos regulamentares para expandir este domínio de intervenção. A Coligação Africana para o Financiamento Verde, estabelecida em 2021, é uma iniciativa de colaboração entre países africanos para

reunir recursos, partilhar experiências e criar vias para o aumento dos fluxos de investimento verde em África.<sup>33</sup> No entanto, determinadas barreiras como o risco cambial, um ambiente regulamentar deficiente, a falta de um fluxo de projetos de investimento verde e um entendimento insuficiente dos riscos climáticos colocam dificuldades à expansão do financiamento verde. Por outro lado, também a capacidade local de monitorização e contabilização de gases com efeito de estufa é, muitas vezes, inexistente e a aplicação de quadros internacionalmente reconhecidos, como o Grupo de Trabalho para a Divulgação



A participação de África nos mercados globais de carbono é dificultada por desafios muitas vezes autoimpostos

de Informações sobre a Exposição Financeira às Alterações Climáticas, é limitada.<sup>34</sup>

Uma capacidade robusta e políticas e quadros regulamentares sólidos serão críticos para promover o financiamento verde em África, potenciando a expansão global e exigindo a aprendizagem entre pares, reformas, novas leis e a disponibilidade para acelerar a mudança. Um forte sistema regulamentar integrado nas instituições financeiras e tecnológicas criará uma conjuntura que tornará possível o financiamento verde.<sup>35</sup> Alguns países africanos, como Marrocos, a Nigéria e a África do Sul, já estão a realizar grandes progressos neste domínio.<sup>36</sup>

### Mercados de carbono

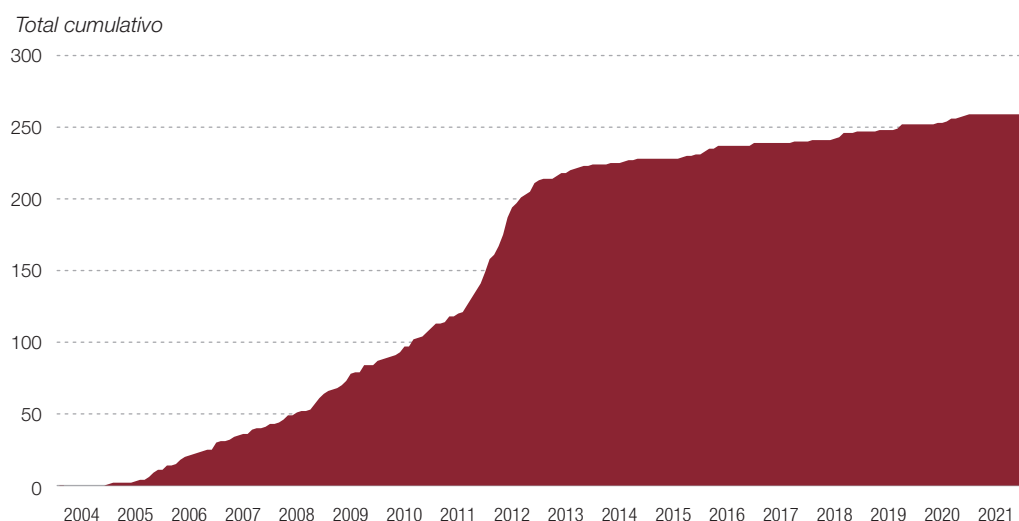
Os compromissos em matéria de neutralidade carbónica e a finalização do artigo 6.º do Acordo de Paris aumentaram a confiança global nos mercados de carbono<sup>37</sup> e aumentaram a procura de créditos de carbono por parte do mercado por redução de emissões a custos mais baixos em África. Após longas negociações sobre o artigo 6.º, chegou-se a um consenso sobre um mecanismo global do mercado de carbono na COP26. Existem agora regras mais rigorosas para reduzir o risco de dupla contabilização e melhorar a

transparência, a fiabilidade e a liquidez dos mercados voluntários de carbono. Além disso, 5% das receitas obtidas com as compensações de carbono<sup>38</sup> serão investidas num fundo para a adaptação às alterações climáticas nos países em desenvolvimento. Este regime de compensação mais rigoroso deverá conduzir a créditos de maior qualidade e dar um novo impulso aos governos para integrarem as compensações nos seus regimes de preços do carbono, o que, por sua vez, deverá reforçar a confiança no mercado de carbono. Os países africanos precisam de sinais em termos de preços estáveis e justos no mercado global de carbono para cumprir as componentes condicionais das CND (ver a tabela 3.2).

No passado, África tem sido associada com sucesso à conformidade dos mercados de carbono de comércio de emissões dos principais países industrializados através do MDL ou dos mercados voluntários de carbono. O número de projetos no âmbito do MDL aumentou (figura 3.10), mas precisa de ser muito mais ampliado para que os mercados de carbono contribuam para mobilizar milhares de milhões de dólares em capital privado adicional.

A participação de África nos mercados globais de carbono é dificultada por desafios muitas

**FIGURA 3.10** O número de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo em África tem vindo a aumentar desde 2004



Fonte: Cálculos da equipa com base no Copenhagen Climate Center/Joint Implementation Pipeline do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, março de 2022.

vezes autoimpostos. Apesar de alguns progressos assinaláveis nas duas últimas décadas, os projetos africanos continuam a representar apenas uma pequena fração do fluxo global do MDL: por exemplo, os países africanos representam apenas 3% das reduções de emissões certificadas emitidas globalmente através do MDL, sendo que estas reduções representam menos de 2% das emissões nacionais dos países africanos anfitriões.<sup>39</sup> Além disso, o continente foi responsável por menos de 10% de todos os projetos no âmbito do MDL nos países em desenvolvimento em 2010–21 (figura 3.11). A flutuação dos preços do carbono, principalmente decorrente das licenças de emissão excedentárias e da sobreposição de políticas climáticas e energéticas, criou incerteza e vulnerabilidade financeira adicional para investimentos de adaptação e mitigação em África.

No entanto, alguns dos principais desafios que impedem a plena participação dos países africanos nos mercados de carbono provêm de uma falta de vontade política, de uma supervisão regulamentar ineficaz, da complexidade ligada aos mercados de carbono e da falta de capacidade entre os potenciais participantes e reguladores. Há também a preocupação com o facto de os

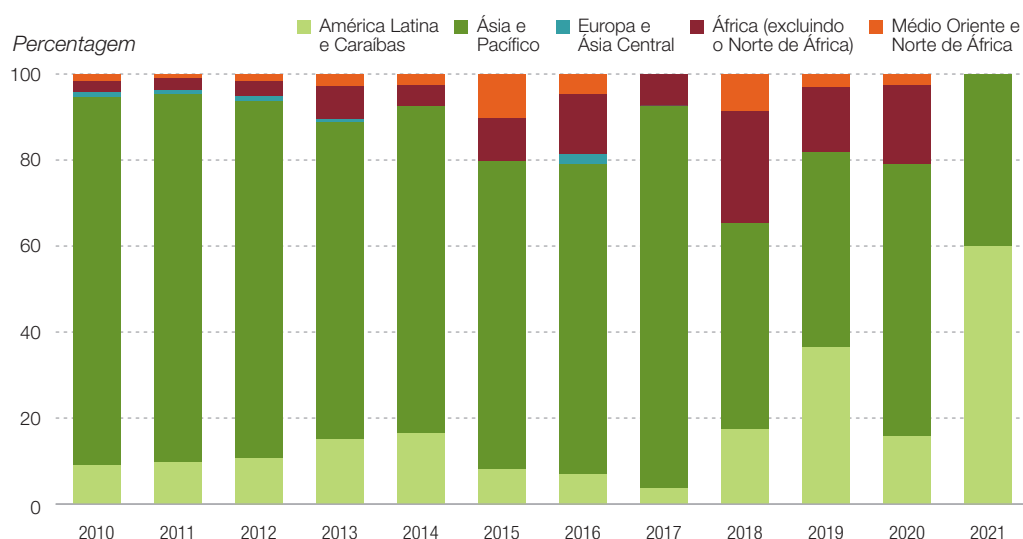
projetos em África serem, normalmente, de escala muito inferior aos das economias emergentes, com custos de transação mais elevados.

Espera-se que o artigo 6.º do Acordo de Paris e os resultados da COP26 melhorem significativamente a conceção do mercado global de carbono, reduzindo o desequilíbrio em termos de distribuição entre os países de acolhimento dos projetos. Embora o preço futuro do carbono continue incerto, sobretudo desde o início do conflito entre Rússia e Ucrânia, algumas avaliações projetam que o preço das compensações de carbono poderá aumentar de 2,50 dólares americanos por tonelada em média, em 2020, para 11 a 215 dólares americanos até 2030 e mesmo para 47 a 120 dólares americanos até 2050.<sup>40</sup> Outras fontes estimam que, se os países em desenvolvimento mantiverem trajetórias de emissão em que se assista a um pico subsequente em termos de emissões de carbono, o qual depende fortemente da agregação das metas climáticas nacionais, o mercado global de emissões de carbono poderá aumentar de 300 milhões de dólares americanos, em 2030, para mais de 1 trilhão, em 2050.<sup>41</sup>

O preço do carbono e as receitas potenciais provenientes destes mercados dependem da procura global,<sup>42</sup> embora os preços do carbono

Alguns dos principais desafios que impedem a plena participação dos países africanos nos mercados de carbono provêm de uma falta de vontade política, de uma supervisão regulamentar ineficaz, da complexidade ligada aos mercados de carbono e da falta de capacidade entre os potenciais participantes e reguladores

**FIGURA 3.11** Em média, África foi responsável por menos de 10% de todos os projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo nos países em desenvolvimento em 2010–21



Fonte: Cálculos da equipa com base no Copenhagen Climate Center/Joint Implementation Pipeline do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, março de 2022.

A geração de créditos de carbono exigirá tecnologias de baixas emissões, muitas das quais ainda não penetraram nos mercados africanos, bem como políticas internas para reforçar a ligação entre o financiamento do carbono e a adoção de tecnologias

tenham de aumentar para constituir um incentivo à proteção das reservas atuais de carbono e criar novas reservas.<sup>43</sup> A importância dos preços do carbono (através de impostos sobre o carbono ou dos mercados de carbono) no comércio de África com a Europa quando a União Europeia implementar o ajustamento das emissões de carbono nas fronteiras – com início gradual previsto após um período de transição de dois anos, de janeiro de 2023 a dezembro de 2024 – poderá constituir uma fonte significativa de financiamento climático.

Os projetos de carbono financeiramente viáveis em África poderão gerar um retorno anual do investimento de 2 bilhões de dólares americanos, embora este valor seja muito inferior ao verificado na região da Ásia e Pacífico (24,6 bilhões de dólares americanos) e nas Américas (19,1 bilhões de dólares americanos).<sup>44</sup> A viabilidade dos projetos dependerá das condições económicas e políticas globais e internas e da procura de carbono. Os responsáveis pelo planeamento dos preços do carbono teriam de considerar os fortes e potenciais benefícios mútuos, como a melhoria da poluição atmosférica e do congestionamento, a saúde dos ecossistemas, o acesso a energias modernas e os impactos sociais.<sup>45</sup> Estes resultados contribuiriam para a criação de um mercado de carbono de superior qualidade em que os projetos com impacto no desenvolvimento não teriam necessariamente de competir puramente com base no preço, o que representaria uma grande oportunidade para África.

As mudanças na regulamentação do mercado doméstico de carbono serão importantes para a geração de créditos de emissão de carbono que podem ser utilizados neste mercado de carbono emergente, exigindo a resolução de questões em torno da liquidez e da escala limitadas. A nível global, os investidores institucionais que se comprometeram com metas de neutralidade carbónica podem contribuir para a resolução destes problemas através do comércio de licenças de emissão de carbono e do investimento em créditos de redução e remoção.<sup>46</sup> Os governos africanos devem considerar a criação de regulamentos sobre a divulgação e a gestão de riscos que influenciem estes investidores na descarbonização das suas carteiras. Para os governos africanos, o aumento da liquidez e da escala requer quadros

de verificação sólidos e medidas de transparência para assegurar que os créditos do continente cumpram as normas do mercado global. As plataformas de intercâmbio podem também ajudar a assegurar a transparência dos preços e da negociação, limitando o risco de subcotação do carbono e aumentando as hipóteses de os retornos das transações beneficiarem as comunidades que geram estes créditos. O financiamento do carbono em África precisa de se harmonizar com as políticas internas para alargar os fluxos de projetos de elevada qualidade no domínio das energias limpas, dos transportes urbanos e dos edifícios, bem como investimentos em soluções climáticas naturais,<sup>47</sup> como o uso do solo e a gestão florestal.

A geração de créditos de carbono exigirá tecnologias de baixas emissões, muitas das quais ainda não penetraram nos mercados africanos, bem como políticas internas para reforçar a ligação entre o financiamento do carbono e a adoção de tecnologias. Estas tecnologias, em particular as associadas às energias renováveis, à eficiência energética na utilização final e à gestão de resíduos, estão tecnicamente comprovadas e são financeiramente viáveis no mercado global. Nos mercados africanos, contudo, estas tecnologias são mais onerosas do que as alternativas e podem necessitar de apoio para reduzir os custos de capital iniciais, embora os custos ao longo do ciclo de vida possam ser competitivos, dadas as economias realizadas em matéria de custos operacionais.

O financiamento do carbono deveria ser mais bem estruturado para apoiar o investimento inicial tão necessário em África, justificado por uma redução mais rápida dos custos. As políticas internas de África deveriam reforçar a coerência entre o financiamento do carbono e a adoção de tecnologias. Dada a taxa de aprendizagem, a meta de custos e a velocidade de implantação de uma determinada tecnologia, os países precisam de prever os investimentos adicionais necessários para alcançar a competitividade dos custos da adoção tecnológica em larga escala, de modo a que a intervenção governamental deixe de ser necessária a médio e longo prazo.

### Trocas de dívida por clima

Estas trocas estão a surtir efeito a nível internacional e algumas organizações regionais e

nacionais estão a explorá-las como opções para obter financiamento climático para países de baixo rendimento e muito endividados. Implicam o perdão da dívida na condição de os reembolsos da mesma serem investidos antes na adaptação às alterações climáticas e na sua mitigação a fim de impulsionar as despesas económicas e acelerar os investimentos privados. Dado que estes fundos são investidos em moeda local, espera-se que reduzam as carteiras de dívida dos países e o respetivo risco cambial. No entanto, os progressos em matéria de enquadramento são lentos. Por essa razão, foram oferecidas modalidades de suspensão do serviço da dívida a alguns países muito endividados, de que alguns países africanos beneficiaram (ver “Dívida Soberana” no capítulo 1). Estas trocas podem ser de particular interesse para África devido ao volume da sua dívida pública que deverá ser reembolsada na próxima década (figura 3.12).

**As trocas de dívida por clima ou por natureza em África têm sido limitadas**

Entre os países africanos que beneficiaram anteriormente de trocas de dívida bilaterais ou trilaterais, estão o Gana (2002, com os Estados Unidos e a Conservation International), Madagáscar (2008, com os Estados Unidos e o Fundo Mundial para a Natureza/França), os Camarões (2006, com

França) e Madagáscar (2002, com a Alemanha). Em 2018, as Seicheles envolveram-se numa troca de dívida por conservação marinha com credores do Clube de Paris, que resultou num investimento de 21 milhões de dólares americanos em proteção e adaptação costeiras. Em 2021, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial anunciaram planos para lançar um programa de troca de dívida por clima, que beneficiará países muito endividados, muitos dos quais em África.<sup>48</sup>

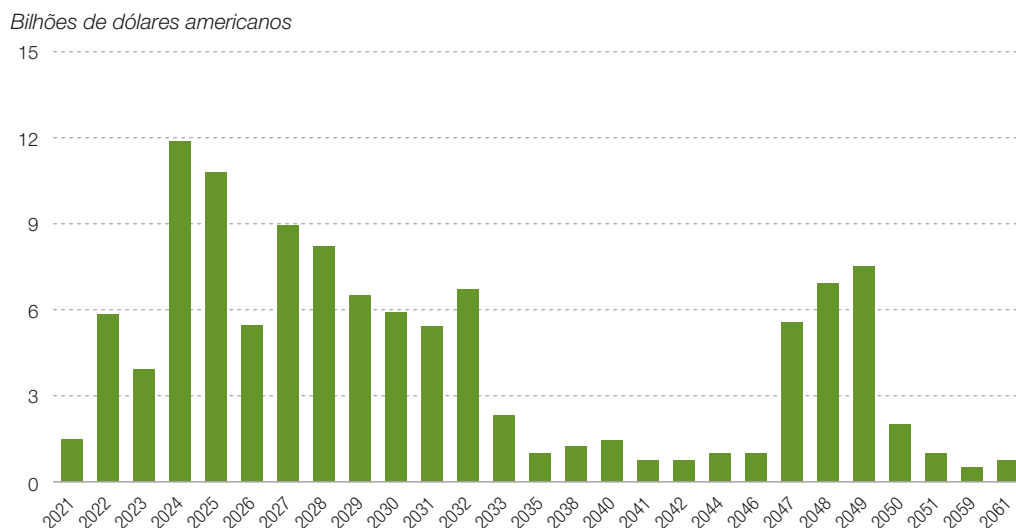
Os países e instituições africanos devem continuar a defender estas trocas, diretamente com instituições financeiras internacionais e indiretamente através de parceiros de desenvolvimento. O Clube de Paris de países credores está em melhor posição para oferecer trocas de dívida por clima, porque as negociações diretas entre credores e devedores são suscetíveis de resultar em acordos mais céleres.<sup>49</sup>

**Os acordos bipartidos e tripartidos e as obrigações indexadas à sustentabilidade podem funcionar para países com diferentes níveis de dificuldade**

Algumas das formas mais rápidas de acelerar as trocas de dívida por clima em África para os países mais endividados são os acordos bipartidos ou tripartidos, ao passo que as obrigações indexadas à sustentabilidade oferecem opções

Os países e instituições africanos devem continuar a defender as trocas de dívida por clima, diretamente com instituições financeiras internacionais e indiretamente através de parceiros de desenvolvimento

**FIGURA 3.12** Uma parte significativa da dívida pública de África vence em 2022–32



Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento (2021a).

A atribuição em excesso de Direitos de Saque Especiais do Fundo Monetário Internacional aos países desenvolvidos poderia ser reformulada em favor dos países africanos para alargar a sua folga orçamental

de reestruturação da dívida para os países menos endividados. O Clube de Paris tem uma longa história de reestruturação da dívida e tem apoiado estes esforços durante a recuperação da COVID-19 em África. A China, o maior credor bilateral de África, apoiou igualmente a reestruturação da dívida pelo FMI e pelo Banco Mundial em resposta à COVID-19. Também podem ser celebrados acordos tripartidos de troca entre credores públicos e instituições privadas que se tenham comprometido a ecologizar as suas finanças ou que procurem realizar investimentos de financiamento verde como, por exemplo, trocas por créditos de carbono. Os governos africanos devem intensificar o seu envolvimento direto com estes países e instituições.<sup>50</sup>

### Dívida indexada ao clima e reafetação de Direitos de Saque Especiais

Para os países que não estão muito endividados, as opções de financiamento adicional e inovador incluem a dívida indexada ao clima e a reafetação de DSE de países desenvolvidos com

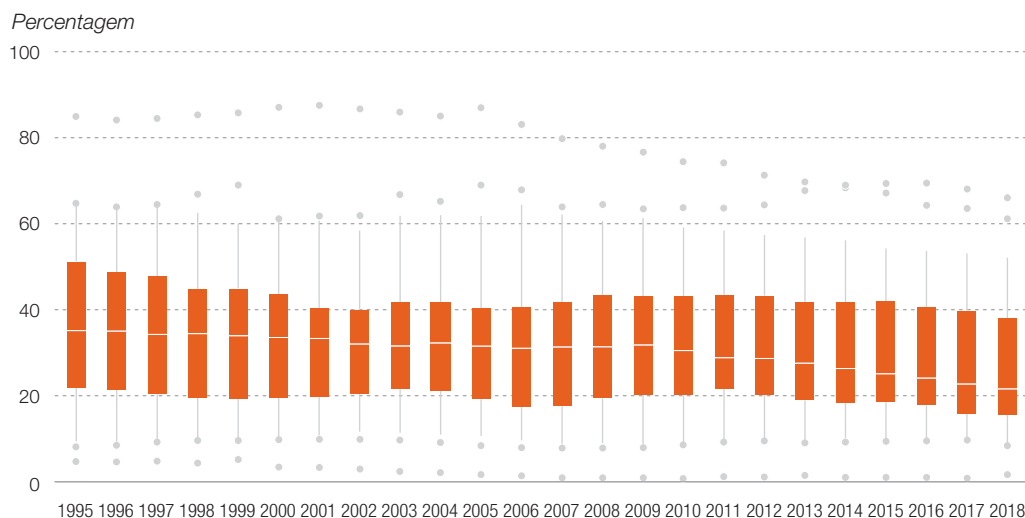
disponibilidade para tal (ver “Dívida Soberana” no capítulo 1). Consequentemente, a atribuição em excesso de DSE do FMI aos países desenvolvidos poderia ser reformulada em favor dos países africanos para alargar a sua folga orçamental. Dado que os DSE podem ser trocados voluntariamente, os países africanos deveriam envolver-se em discussões bilaterais com os parceiros dos países desenvolvidos para assegurar estes fundos. O Banco está bem posicionado para atuar como titular autorizado para tirar partido destes recursos a fim de proporcionar um maior financiamento aos países africanos.

### Contabilidade do capital natural

*África deve potenciar o seu capital natural para estimular o desenvolvimento*

Os recursos de capital natural representam 30% a 50% da riqueza total de África (figura 3.13); o seu valor aumentou de 3,6 triliões de dólares americanos em 1995 para 4,5 triliões em 2018. Os seus recursos azuis, como a pesca e

**FIGURA 3.13** O capital natural representa 30% a 50% da riqueza total de África, 1995–2018



*Nota:* O comprimento das barras corresponde à amplitude interquartil. As dispersões representam valores abaixo do 5.º e acima do 9.º percentil. O capital natural inclui a valorização (a taxas de câmbio de mercado em valores constantes do dólar americano de 2018) do capital natural renovável (terras agrícolas, florestas, áreas protegidas, mangues e zonas de defeso) e do capital natural não renovável (energia de combustíveis fósseis como o petróleo, o gás, o carvão de pedra e betuminoso e os minerais). A riqueza total é a soma do capital humano, do capital natural, do capital produzido e dos ativos externos líquidos.

*Fonte:* Cálculos da equipa baseados no Banco de Dados de Contabilização da Riqueza do Banco Mundial.



a aquicultura, estão avaliados em 24 bilhões de dólares americanos. O continente também detém cerca de um terço do valor das reservas minerais do mundo.<sup>51</sup> Além disso, os seus recursos extra-tivos poderiam contribuir para mais de 30 bilhões de dólares americanos anuais em receitas governamentais até 2040 e ajudar assim a colmatar o seu enorme déficit de financiamento climático.<sup>52</sup> Esta riqueza em recursos naturais está, no entanto, ameaçada pelas alterações climáticas e pela débil governação dos recursos, resultando numa diminuição dos rendimentos provenientes dos recursos naturais: África está a perder cerca de 195 bilhões de dólares americanos anuais através, por exemplo, de fluxos financeiros ilícitos; das atividades ilegais da exploração mineira, da exploração florestal e do comércio de espécies selvagens; da pesca não regulamentada; da degradação ambiental; e de outras atividades.<sup>53</sup> O aproveitamento do capital natural de África para estimular o desenvolvimento, recorrendo a tecnologias adequadas para garantir a minimização dos danos, deve orientar a ação em termos de políticas.

## Novos financiamentos internos

*Os bancos verdes e os fundos climáticos nacionais são algumas das melhores vias para mobilizar financiamento climático a nível interno*

Algumas das melhores oportunidades para mobilizar financiamento climático interno em África provêm de bancos verdes e fundos climáticos nacionais. Os bancos verdes são instituições financeiras catalisadoras, de base nacional, dirigidas pelos países, concebidas para mobilizar o investimento privado. Orientam o financiamento para necessidades setoriais específicas de combate às alterações climáticas para apoiar, por exemplo, uma agricultura inteligente em termos climáticos ou a utilização de energia limpa proveniente de fontes não renováveis ou renováveis. O interesse pela banca verde em África tem vindo a aumentar. Um inquérito do Banco Europeu de Investimento concluiu que mais de 70% dos bancos em África consideravam o financiamento verde como uma oportunidade atrativa para a concessão de crédito, ao passo que 55% e 60% o consideravam como

um incentivo para investir e aceder a financiamento adicional.<sup>54</sup>

Os fundos climáticos nacionais foram desenvolvidos pelo Benim, Etiópia, Mali, Marrocos, Ruanda e África do Sul com relativo sucesso, embora os ensinamentos ao nível do continente africano apontem para prováveis desafios na mobilização de financiamento climático nacional e internacional. Os principais consistem em assegurar capital a partir de fontes de financiamento, particularmente nos países endividados, em obter o financiamento da assistência técnica necessária para conceber e estruturar o trabalho dos bancos verdes e dos fundos climáticos nacionais e em ultrapassar a abordagem descoordenada à constituição de bancos verdes.<sup>55</sup>

### *As instituições nacionais de financiamento climático devem procurar fontes de financiamento específicas dos diferentes contextos*

Através destas instituições internas, os países entrarão em diferentes formas de interação com as fontes de financiamento, utilizando o contexto local para determinar a fonte ou fontes de financiamento mais rentáveis. Podem selecionar fontes prioritárias com base na facilidade de mobilização e no enquadramento nas infraestruturas existentes, embora a relação custo-eficácia de cada uma dependa dos requisitos do sistema. O aproveitamento destas novas fontes exige que os países preparem um fluxo de projetos verdes voltados para a descarbonização das indústrias de combustíveis fósseis (nos países dependentes do petróleo e de recursos seminaturais) ou novas empresas verdes de elevado potencial (em todos os países), incluindo as energias renováveis. Estes setores podem abranger, por exemplo, as atividades agroalimentares, o fabrico de produtos florestais, os transportes, os têxteis, a energia e materiais básicos.

## Aumento da participação do setor privado

*Um maior envolvimento do setor privado no financiamento climático requer a eliminação de inúmeras barreiras e a manutenção de salvaguardas*

O setor privado ainda está muito atrasado em relação ao financiamento público do clima na

---

Algumas das melhores oportunidades para mobilizar financiamento climático interno em África provêm de bancos verdes e fundos climáticos nacionais

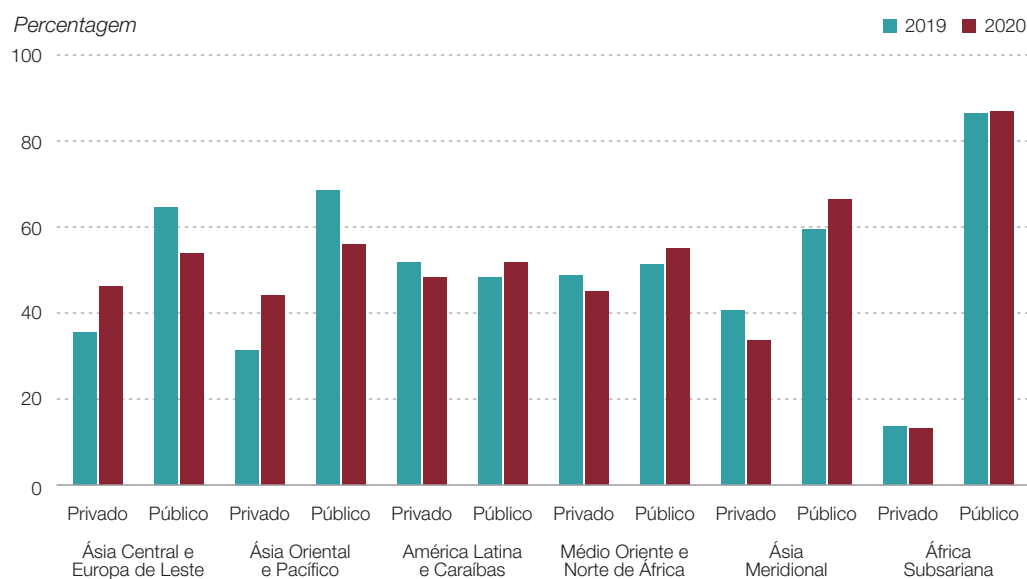


África Subsariana, tendo estabilizado em cerca de 13%, em 2019–20, face a uma média de 42% noutras regiões em desenvolvimento (figura 3.14). O aumento da participação do setor privado enfrenta três barreiras principais em África. Em primeiro lugar, a existência de importantes lacunas em termos de conhecimento sobre as alterações climáticas e o panorama do financiamento climático, incluindo o entendimento limitado dos dados sobre os riscos e vulnerabilidades climáticos, reduzem o incentivo ou a capacidade dos intervenientes privados para investir em projetos de adaptação e mitigação. Em segundo lugar, devido à natureza de bem público de alguns projetos de adaptação ou mitigação, os intervenientes privados podem não captar plenamente os benefícios económicos dos seus investimentos. Por último, os horizontes naturalmente de longo prazo de muitos projetos de combate às alterações climáticas, em particular os projetos de adaptação, dissuadem os intervenientes privados, uma vez que estes teriam dificuldade em argumentar, do ponto de vista económico, a favor de custos iniciais potencialmente elevados face a períodos de retorno demorados num futuro incerto.

***O financiamento combinado deve ser utilizado para reduzir o risco dos investimentos de financiamento verde***

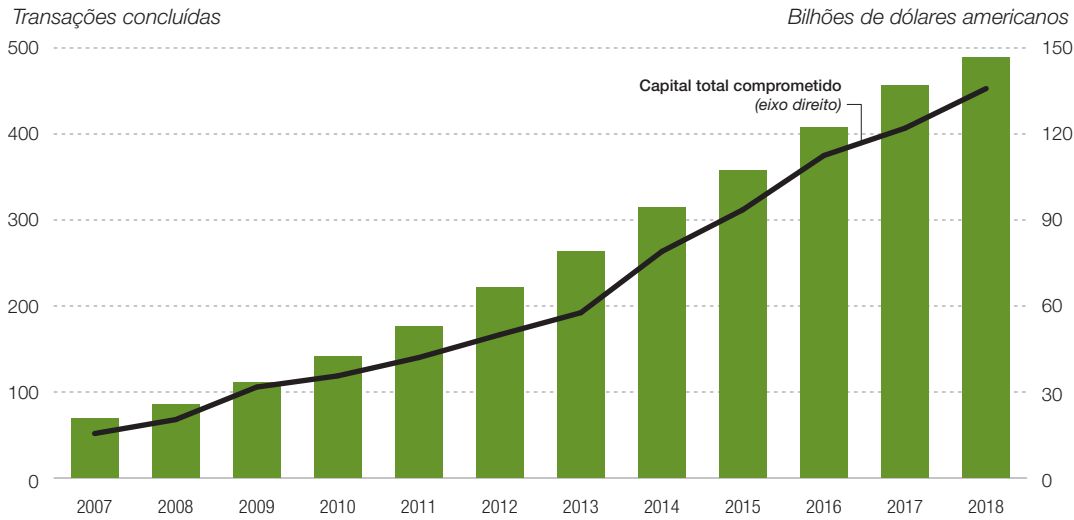
O financiamento combinado – a utilização de capital catalisador proveniente de fontes públicas ou filantrópicas para aumentar o investimento privado – pode ajudar os países africanos a potenciar o setor privado e a colmatar o défice de financiamento climático. Representou cerca de 136 bilhões de dólares americanos em capital para o desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento em 2007–18, com quase 500 transações concluídas (figura 3.15). A África Subsariana regista cerca de 46% de todas as transações de financiamento combinado realizadas com os países em desenvolvimento (figura 3.16). O financiamento combinado já foi utilizado para encorajar o financiamento privado da adaptação e mitigação das alterações climáticas em África, embora em pequenos montantes. Também pode ser utilizado para incentivar as instituições financeiras comerciais a investir em África para colmatar o défice de financiamento de infraestruturas e conceder financiamento às pequenas e médias empresas. As instituições internacionais de financiamento climático, como o FVC, deveriam

**FIGURA 3.14** O setor privado mobilizou uma percentagem de financiamento climático destinado a África inferior à de outras regiões em desenvolvimento, 2019–20



Fonte: Cálculos da equipa baseados na CPI (2021).

**FIGURA 3.15** Valor cumulativo do financiamento combinado a nível mundial, 2007–18



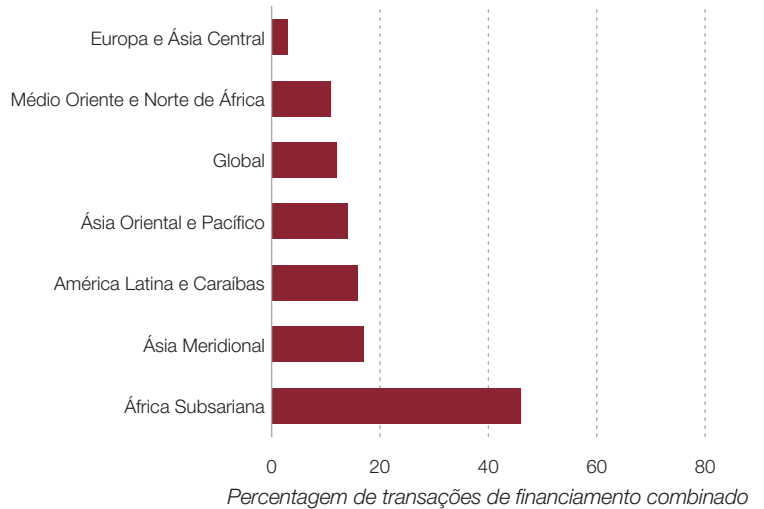
Fonte: Cálculos da equipa com base em dados da Convergence Finance (<https://www.convergence.finance/blended-finance>).

ponderar a possibilidade de disponibilizar mais financiamento combinado.

**A transferência de tecnologia deve ser intensificada e utilizada para limitar os riscos tecnológicos que desencorajam os investimentos privados em energia**

A tecnologia é indispensável para uma transição justa – sem acesso à mesma, África não pode transitar para serviços de energia limpa, para os quais a energia renovável ainda é um contribuinte marginal. Quando o acesso é limitado, um modelo de franquia constitui uma forma de as empresas internacionais desenvolverem parcerias para localizar a produção de tecnologias de energia limpa em África, ao mesmo tempo que criam emprego e reduzem a pobreza. Embora o Acordo de Paris estabeleça uma disposição para a transferência de tecnologia para ajudar os países africanos a acelerar a sua transição hipocarbónica, a sua reduzida capacidade para desenvolver tecnologias energéticas tem resultado em custos elevados para essa transferência, geralmente devido aos direitos de propriedade intelectual.<sup>56</sup> Os países como a África do Sul, que desenvolveram *know-how* localmente, têm sido capazes de evitar estes custos.

**FIGURA 3.16** África é a região mais frequentemente visada em matéria de transações de financiamento combinado



Fonte: Cálculos da equipa com base em dados da Convergence Finance (<https://www.convergence.finance/blended-finance>).

**São necessárias sólidas estruturas financeiras e regulamentares internas para gerir os riscos regulamentares e em termos de políticas para os investidores privados**

O panorama do setor privado africano é dominado por micro e pequenas empresas, com um número menor de médias e grandes empresas,



Sem acesso à tecnologia, África não pode transitar para serviços de energia limpa, para os quais a energia renovável ainda é um contribuinte marginal

um fenómeno denominado “missing middle” ou “missing large”. As pequenas e médias empresas raramente se transformam em grandes empresas capazes de atrair maiores investimentos e gerar maiores rendimentos, se bem que estas pequenas empresas sejam demasiado grandes e apresentem demasiados riscos para o microfinanciamento e demasiado pequenas para as instituições financeiras comerciais.

Alguns países africanos encontram-se em diferentes fases de desenvolvimento de regulamentos de divulgação e gestão dos riscos climáticos para as instituições financeiras. Ainda assim, as estratégias de investimento do setor privado não devem excluir os intervenientes nacionais em favor dos intervenientes internacionais. É nesta área que devem ser criadas parcerias entre intervenientes privados nacionais com conhecimentos locais e participantes estrangeiros com recursos e *know-how* tecnológico.

## MELHORAR A COORDENAÇÃO GLOBAL DO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

### Três razões para intensificar a coordenação global

*O financiamento climático global está cada vez mais fragmentado, com um número crescente de instituições, fundos e instrumentos públicos*

Uma coordenação internacional reforçada pode ajudar a harmonizar os financiamentos e os projetos conexos com a Agenda 2063 da União Africana e outras agendas internacionais e regionais. No entanto, existe o risco de as agendas de desenvolvimento interno poderem ser ignoradas e de se perderem oportunidades de harmonização com as mesmas, razão pela qual a coordenação dos financiamentos a nível nacional e subnacional é extremamente importante. A coordenação local pode simplificar a identificação de financiamentos para empresas de todas as dimensões, bem como para as comunidades e a sociedade civil. A cooperação entre empresas, governos e organizações da sociedade civil, bem como com parceiros de desenvolvimento, pode, num cenário ideal, ajudar a gerar projetos financiáveis consonantes

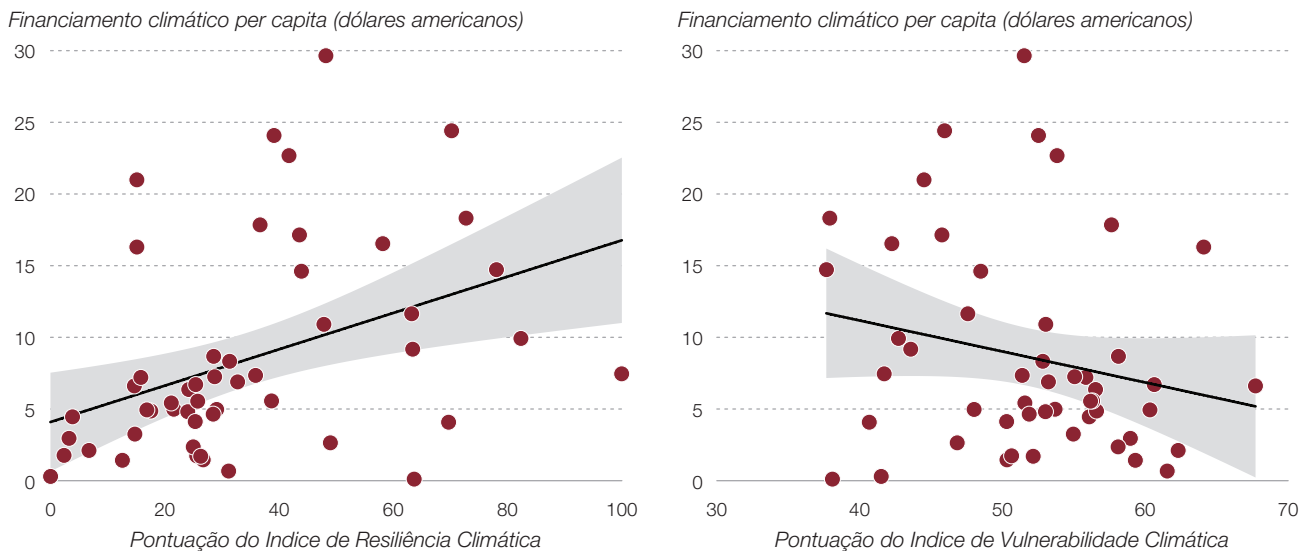
com as agendas de desenvolvimento nacional, criando um fluxo de projetos complementares. Mas para tal é necessário investir em instituições capazes e responsáveis, bem como em especialização técnica e financeira.

Os modelos internos de coordenação do financiamento climático e a sua harmonização com as agendas de desenvolvimento interno incluem o Mecanismo de Economia Verde Resiliente ao Clima da Etiópia e o Fundo Nacional para o Ambiente do Ruanda. A nível continental, o Programa Clima para o Desenvolvimento em África (ClimDev-Africa) desenvolve investigação técnica sobre projetos financiáveis que promovam os interesses de África. O programa inclui o Centro de Política Climática Africano da Comissão Económica das Nações Unidas para África e a Unidade de Combate às Alterações Climáticas e à Desertificação da Comissão da União Africana, que prestam apoio técnico aos Estados membros. É no Banco que funciona o Fundo Especial ClimDev-Africa para o financiamento de projetos.

*Os países resilientes às alterações climáticas e os países menos vulneráveis aos choques climáticos têm recebido mais financiamento climático do que outros, numa atribuição deficiente e perversa de recursos*

Embora o financiamento climático devesse naturalmente ter fluído para países africanos com maior probabilidade de sofrer choques climáticos e outros fenómenos climáticos extremos ou para os menos resilientes às alterações climáticas, os dados sugerem que tal não aconteceu; com efeito, aconteceu o contrário (figura 3.17). Consequentemente, nos países de baixa resiliência (o capítulo 2 apresenta definições de grupos de resiliência, indicados na figura 2.3), o financiamento climático anual atingiu em média 2,20 dólares americanos per capita em 2010–19, um valor que aumentou gradualmente, dos países moderadamente resilientes (8,40 dólares americanos per capita) aos países de elevada resiliência (11,60 dólares americanos per capita). No entanto, quanto mais vulnerável for um país às alterações climáticas, menor será o montante do financiamento climático (em relação à sua dimensão populacional) que provavelmente receberá. Tal significa que a atual arquitetura global

**FIGURA 3.17** Paradoxalmente, os países africanos mais resilientes e menos vulneráveis aos choques climáticos têm recebido mais financiamento climático do que outros



Fonte: Cálculos da equipa baseados na OCDE (s.d. a) e na base de dados da Iniciativa de Adaptação Global da Universidade de Notre Dame.

do financiamento climático dá mais prioridade às considerações dos riscos do que aos imperativos de desenvolvimento.

Para além de fatores como a estabilidade económica e política, a qualidade dos ambientes regulamentares e de investimento, os requisitos de retorno sobre o investimento e a perceção dos riscos de crédito de alguns países, que podem explicar a atratividade relativa do financiamento climático para alguns países, esta associação perversa indica uma atribuição deficiente de recursos a países menos necessitados. Há, por conseguinte, a necessidade de considerar uma reforma ousada da atual arquitetura do financiamento climático para assegurar maior justiça climática e uma melhor orientação do financiamento climático.

*Os instrumentos de dívida têm sido cada vez mais utilizados para financiar projetos relacionados com o clima em África, arriscando-se a agravar a sustentabilidade da dívida*

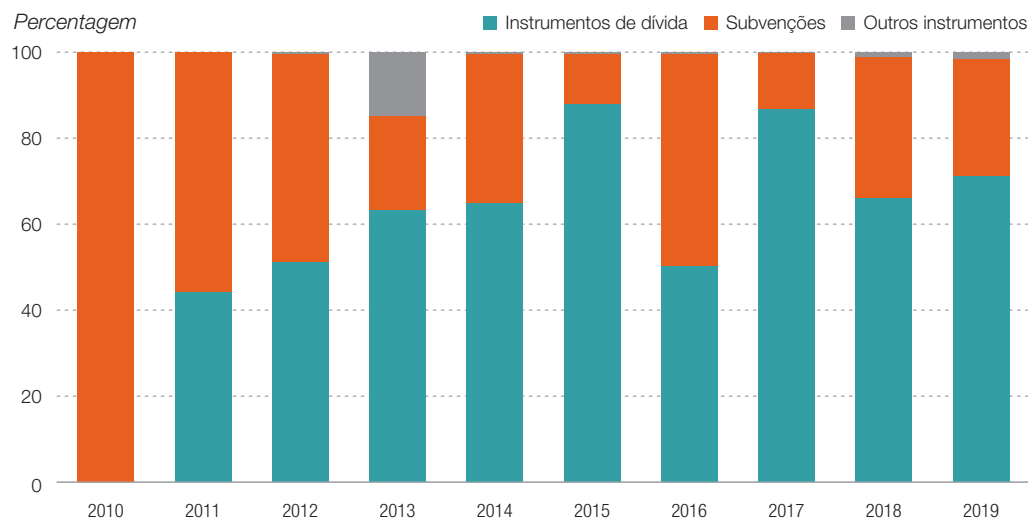
Até à data, os instrumentos de financiamento climático têm-se inclinado desproporcionalmente para a dívida, o que pode ter aumentado o ónus da dívida das economias africanas. Embora uma multiplicidade de instrumentos financeiros tenha

proporcionado financiamento climático, os instrumentos de dívida – quer na forma de empréstimos quer do alívio da dívida – têm prevalecido em África (figura 3.18). Em 2011–19, esses instrumentos representaram, em média, cerca de dois terços de todos os financiamentos climáticos canalizados para África. O alívio da dívida, que poderia ser uma das opções mais viáveis para cumprir os compromissos de financiamento climático ao abrigo da CQNUAC, representou menos de 0,1% do financiamento climático durante esse período.

Apesar da ausência de acordo sobre a forma como os países desenvolvidos devem cumprir os seus compromissos anuais de 100 bilhões de dólares americanos para o financiamento climático, a prevalência dos empréstimos, muitas vezes em condições não preferenciais (figura 3.19), pode acarretar o risco de endividar ainda mais os países africanos, especialmente com as perturbações económicas causadas pela pandemia de COVID-19 (capítulo 1). Uma coordenação global reforçada entre todas as partes interessadas será essencial para inverter as atuais tendências dos projetos climáticos financiados através de empréstimos em condições não preferenciais em África.

**Há a necessidade de considerar uma reforma ousada da atual arquitetura do financiamento climático para assegurar maior justiça climática e uma melhor orientação do financiamento climático**

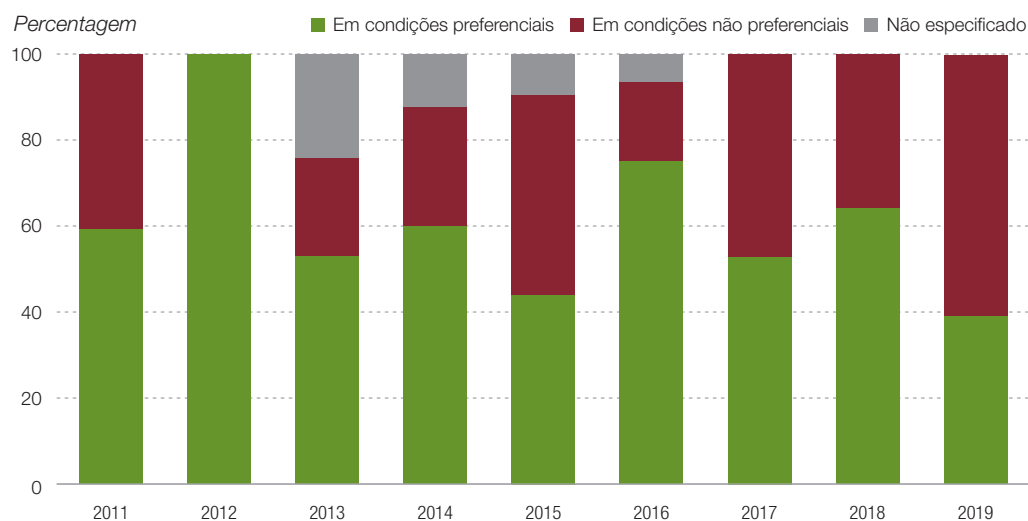
**FIGURA 3.18** Os instrumentos de dívida têm sido cada vez mais utilizados para financiar projetos relacionados com o clima em África



*Nota:* Os instrumentos de dívida incluem empréstimos e o alívio da dívida. Outros instrumentos incluem capital e ações em organismos de investimento coletivo, instrumentos de financiamento mezanino e outros instrumentos não especificados.

*Fonte:* Cálculos da equipa baseados na OCDE (s.d. a).

**FIGURA 3.19** Apenas cerca de três quintos dos projetos climáticos financiados através de empréstimos em África beneficiaram de condições preferenciais



*Fonte:* Cálculos da equipa baseados na OCDE (s.d. a).

## O papel das organizações regionais e internacionais

### *Estes organismos continuam a ser fundamentais no apoio à resiliência climática*

Nos esforços de adaptação e mitigação de África, em que os canais bilaterais e multilaterais disponibilizam financiamento hipocarbónico, apoio tecnológico e reforço de capacidades, as organizações regionais e internacionais tornaram-se intervenientes importantes. O panorama inclui organizações a nível global e continental, nomeadamente, agências da ONU (CQNUAC, a Agência Internacional das Energias Renováveis, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Programa das Nações Unidas para o Ambiente), instituições financeiras multilaterais (Banco Mundial e FMI), instituições financeiras regionais (como o Banco) e outras instituições supranacionais (como a União Europeia e a União Africana). Os organismos regionais como o Banco e a União Africana são vitais na cooperação a nível global, regional e sub-regional, tanto em virtude dos seus mandatos crescentes como da sua proximidade em relação aos decisores políticos africanos. Para além do envolvimento no financiamento climático direto do clima, a influência do Banco sobre os bancos de desenvolvimento nacionais e as instituições financeiras locais pode ser significativa, tal como o seu efeito de alavancagem e de atração de investimentos privados em infraestruturas sustentáveis.

### *A coordenação a todos os níveis é fundamental para destacar os pontos fortes comparativos de cada organização*

As instituições africanas e as organizações internacionais estão estreitamente envolvidas nas questões das alterações climáticas, utilizando a abordagem de “governança do Rio”, que tem, por seu lado, o objetivo de mobilizar o mais amplo espectro possível de intervenientes políticos, económicos e da sociedade civil a todos os níveis do sistema global. As principais organizações internacionais e regionais fazem parte do cenário de tomada de decisões sobre o clima em África desempenhando funções específicas, em alguns casos políticas, envolvendo ações de defesa e acordos internacionais, e, noutros casos,

ajudando a criar projetos e iniciativas que necessitam de financiamento. Para além destas, a Zona de Livre Comércio Continental em África (ZLEC) poderia revelar-se um mecanismo fundamental para facilitar o investimento em infraestruturas climáticas e energéticas (caixa 3.3).

### *O Banco Africano de Desenvolvimento, a resiliência climática e uma transição energética justa em África*

O Banco, ao apoiar os países membros regionais nos esforços de adaptação e mitigação, em geral, e a resiliência climática e uma transição energética justa, em particular, tem-se orientado por dois planos de ação consecutivos de combate às alterações climáticas, o primeiro dos quais teve início em 2011. Fundamentou-se em quatro pilares: adaptação às alterações climáticas, mitigação das emissões de gases com efeito de estufa, mobilização do financiamento climático e criação de ambientes propícios. Estes pilares continuaram no segundo plano de 2016–20 e foram incorporados na Política e Estratégia para as Alterações Climáticas e o Crescimento Verde do Banco (2021–30) que, para além do Plano de Ação (2021–25), constitui o Quadro Estratégico sobre Alterações Climáticas e Crescimento Verde do Banco (ver o anexo 3.2 relativamente a uma lista dos fundos internos e externos geridos pelo Banco). Este quadro reflete o compromisso do Banco em apoiar os países africanos na sua transição para uma trajetória inclusiva, resiliente e hipocarbónica.

A partir de 2011, o Banco tem participado com outros BMD na divulgação de informações sobre o financiamento climático para adaptação e mitigação, utilizando metodologias harmonizadas. Em 2016, o financiamento climático do Banco foi comunicado como correspondendo a 9% do total de aprovações de todas as operações. Em 2020, o Banco adotou novas metas de financiamento climático com o compromisso de atribuir pelo menos 40% do total de empréstimos a atividades climáticas e de mobilizar fundos cumulativos no valor de 25 bilhões de dólares americanos em 2020–25, esforçando-se simultaneamente por destinar ao financiamento da adaptação pelo menos 50% do financiamento climático total.

---

Uma coordenação global reforçada entre todas as partes interessadas será essencial para inverter as atuais tendências dos projetos climáticos financiados através de empréstimos em condições não preferenciais em África



### CAIXA 3.3 Tirar partido da Zona de Livre Comércio Continental em África para o financiamento do clima na região

O comércio no âmbito da Zona de Livre Comércio Continental em África (ZLEC) começou oficialmente em 1 de janeiro de 2021. À medida que procuram emergir dos danos causados pela pandemia de COVID-19, os países africanos têm grandes expectativas de que a ZLEC possa gerar vastos benefícios económicos no continente através do aumento das exportações, libertando as pessoas da pobreza, estimulando uma maior circulação de bens, serviços e mão de obra em África e facilitando o investimento. A ZLEC tem três fases, sendo a segunda fase mais diretamente relevante para o financiamento, uma vez que aborda o investimento, a política de concorrência e os direitos de propriedade intelectual (artigo 7). Nos termos do Tratado da ZLEC, é possível estabelecer protocolos, por exemplo, sobre investimento, o que deverá encorajar o movimento transfronteiriço de algumas fontes de capital para apoiar investimentos intra-africanos. Esta segunda fase baseia-se em iniciativas no seio das comunidades económicas regionais (CER), tornando-as importantes para futuras regras sobre investimento e fontes de financiamento.

A existência de cadeias de valor intra-africanas mais robustas, o aumento do crescimento económico e maiores ganhos de desenvolvimento humano são áreas fundamentais que definirão o sucesso da ZLEC, embora esta deva também servir como uma alavanca para o crescimento sustentável. Tal não só seria consonante com alguns componentes essenciais da Agenda 2063 como também se harmonizaria perfeitamente com os planos de desenvolvimento inclusivos e respeitadores do ambiente da maioria dos governos africanos. A ZLEC disponibilizaria uma plataforma para construir uma posição comum e mais sólida sobre questões relacionadas com o clima no âmbito de discussões multilaterais, incluindo a transferência de tecnologia, a segurança alimentar e o financiamento, e utilizá-la-ia para emitir regulamentos capazes de harmonizar mecanismos em todo o continente, incluindo no comércio de emissões de carbono.

As CER têm de estar mais estreitamente envolvidas no financiamento climático, por exemplo, na experimentação de inovações em matéria de financiamento climático transfronteiriço. Podem considerar uma colaboração com empresas financeiras nacionais e com agentes de inovação, analisando a forma como podem facilitar investimentos transfronteiriços, bem como acordos de concessão de empréstimos e de partilha de riscos para projetos resilientes ao clima. Estas atividades poderiam melhorar os programas no âmbito das CER sobre agricultura, segurança alimentar, água, energia e infraestruturas.

Fonte: Com base em Van der Ven e Signé (2021).

Ao longo de 2017–21, o financiamento climático aumentou em direção a esta meta de 40% (figura 3.20), especialmente em 2017–19 (a percentagem subiu de 28% para 36%). Em 2020, embora o financiamento climático total tenha diminuído devido à pandemia, a percentagem destinada ao clima representou 34%, tendo sido ultrapassado o objetivo da paridade adaptação-mitigação. Em 2021, a percentagem para adaptação voltou a aumentar, para 67%, e o financiamento climático ascendeu a 2,4 bilhões de dólares americanos (figura 3.21).

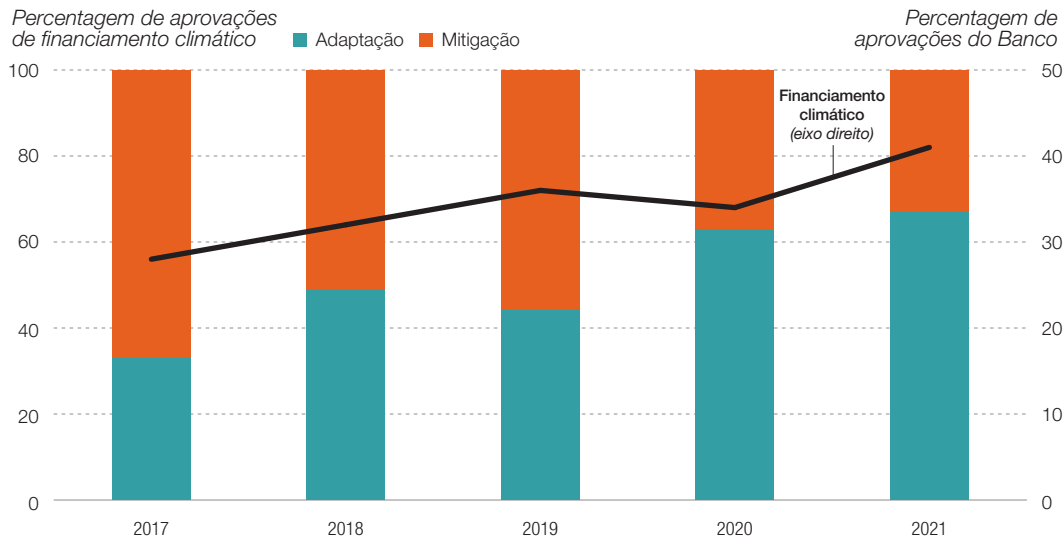
A iniciativa “Novo Acordo para a Energia em África” do Banco foi lançada em 2016, no âmbito da agenda de desenvolvimento dos Cinco Objetivos Principais (*High 5*) do Banco. Desde o lançamento, o Banco investiu 7,35 bilhões de dólares americanos dos seus próprios recursos (80% públicos, 20% privados) e mobilizou 950 milhões

de dólares americanos em recursos de cofinanciamento, incluindo com a Comissão Europeia, os FIC e o Fundo Verde para o Clima. Prevê-se que estes investimentos aumentem a capacidade de produção de energia em 3 GW, com cerca de 2,3 GW de projetos renováveis, como os projetos de energia solar de Midelt, de 800 MW, e de Ouarzazate, de 510 MW, em Marrocos, que se contam entre as maiores centrais de energia solar concentrada do mundo.

O Banco é uma entidade acreditada para os principais fundos multilaterais para o clima, incluindo os FIC, o Fundo Global para o Meio Ambiente e o Fundo Verde para o Clima. Para além dos fundos fiduciários multilaterais acima indicados, o Banco acolhe fundos bilaterais e multilaterais, incluindo o Fundo de Energia Sustentável para África (SEFA), o Fundo Africano para as Alterações Climáticas (FAAC), o Fundo Especial



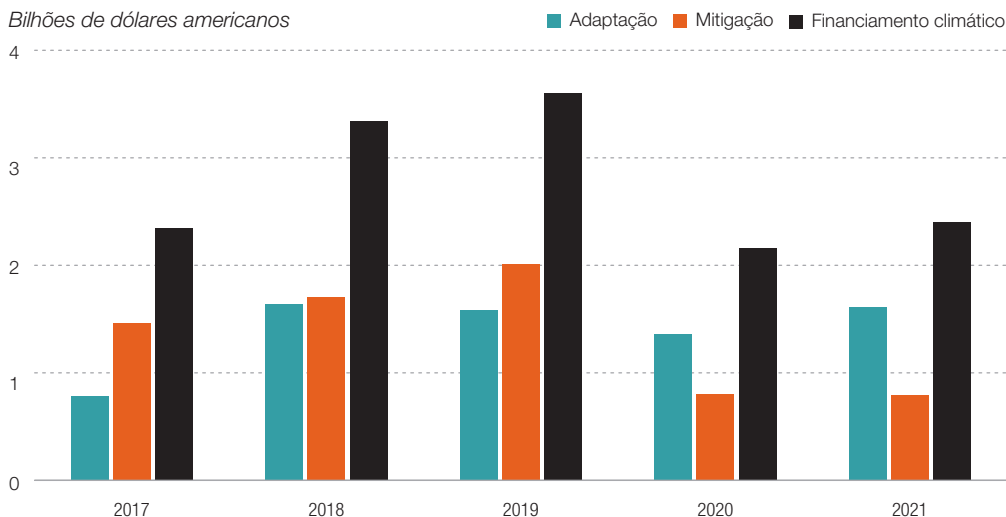
**FIGURA 3.20** A percentagem de financiamento climático nas aprovações do Banco tem demonstrado uma tendência crescente nos últimos cinco anos



Nota: Os dados para 2021 são preliminares.

Fonte: Cálculos da equipa baseados nos relatórios anuais do Banco Africano de Desenvolvimento, vários anos.

**FIGURA 3.21** Aprovações de financiamento climático do Banco, 2017–21



Nota: Os dados para 2021 são preliminares.

Fonte: Cálculos da equipa baseados nos relatórios anuais do Banco Africano de Desenvolvimento, vários anos.

ClimDev para África e o recém-formado Fundo de Financiamento Climático Canadá-Banco (CACF). O SEFA e o CACF concedem subvenções de assistência técnica no início de um ciclo de projeto para ajudar os promotores a suportar os custos adicionais associados ao desenvolvimento

de projetos centrados no clima e nas questões de género. O FAAC concede subvenções a entidades africanas que procuram acreditação junto do Fundo de Adaptação e do FVC, ao passo que o Fundo Especial ClimDev para África concede subvenções para a instalação de sistemas de dados

Ao longo de 2017–21, o financiamento climático aumentou em direção à meta do Banco de atribuir pelo menos 40% do total de empréstimos a atividades climáticas e de destinar ao financiamento da adaptação pelo menos 50% do financiamento climático total



hidrometeorológicos e estações meteorológicas, a fim de transmitir alertas de catástrofes a curto prazo e previsões meteorológicas a longo prazo.

## RECOMENDAÇÕES SOBRE POLÍTICAS

### Recomendações para a comunidade global

- *Com base nesta análise dos relatórios dos orçamentos de carbono e das dívidas de carbono, África tem um crédito total de carbono de 4,58 a 4,8 trilhões de dólares americanos, numa média de 4,64 trilhões de dólares americanos, um crédito que tem em consideração as quotas históricas, atuais e futuras de emissões de carbono.* Pago anualmente durante o período 2022–50, perfaz cerca de 165,8 bilhões de dólares americanos por ano, com montantes inferiores e superiores de 163,4 bilhões e 173 bilhões de dólares americanos, respetivamente. O montante do crédito de carbono que é devido ao continente é, assim, quase 10 vezes superior ao financiamento climático global recebido, cerca de 18,3 bilhões de dólares americanos por ano no período 2016–19. Os compromissos globais para o financiamento climático devem ser alterados para se aproximarem do verdadeiro custo de oportunidade das alterações climáticas em África e noutras regiões em desenvolvimento, contribuindo assim para a justiça climática. Tal aplica-se às responsabilidades de financiamento climático dos países, refletindo as suas pegadas passadas e futuras no orçamento de carbono.
- *A comunidade global deve demonstrar uma forte vontade política para com os compromissos de financiamento climático, tal como fez com a COVID-19.* Deste modo, será possível acelerar o financiamento climático e apoiar os países africanos na transição para a resiliência climática.

### Recomendações para os países desenvolvidos

- *Os países desenvolvidos devem honrar os seus compromissos financeiros.* O fracasso em

atingir a meta anual de 100 bilhões de dólares americanos em financiamento climático para os países em desenvolvimento suscita dúvidas sobre este compromisso. O cumprimento do compromisso em 2022 ajudaria a restabelecer a fé nas negociações sobre o clima.

- *Os compromissos de financiamento climático têm de ser adicionais aos compromissos anteriores de responder a outros ODS, incluindo os relativos à pobreza, à saúde e à educação.* O cumprimento dos compromissos de contribuição em termos de APD não deve ser contabilizado como parte da meta anual de 100 bilhões de dólares americanos.
- *A reafetação de DSE de países desenvolvidos disponíveis para tal deve ser acelerada para permitir aos países africanos maior flexibilidade na tomada de medidas climáticas.* Estão disponíveis cerca de 650 bilhões de dólares americanos em DSE no FMI, em que se prevê a reafetação voluntária pelos países acionistas dos fundos às áreas em que sejam mais necessários e o apoio à recuperação pós-COVID-19 dos países africanos. Este montante é muito superior ao FVC e poderia financiar as necessidades de adaptação e mitigação africanas. O Banco está bem posicionado para servir como titular autorizado para tirar partido destes recursos para os países africanos e canalizá-los para medidas climáticas.

### Recomendações para os países africanos

- *Os governos africanos têm de investir na criação de recursos humanos e na sua capacidade institucional em matéria de gestão das finanças públicas, dado o seu acesso direto a fundos climáticos globais.* Os países bem organizados com sistemas robustos neste domínio terão provavelmente acesso a mais financiamentos para os riscos das alterações climáticas e de catástrofes do que os países mais necessitados. A melhoria da gestão financeira do lado público deverá aumentar a confiança dos investidores nos sistemas dos países, proporcionar um controlo e supervisão mais estreitos pelos governos e programas nacionais e permitir a transição de uma abordagem fragmentada e baseada em projetos.

Os governos africanos têm de investir na criação de recursos humanos e na sua capacidade institucional em matéria de gestão das finanças públicas, dado o seu acesso direto a fundos climáticos globais

Os países devem também investir na criação das suas capacidades internas de modo a estarem disponíveis para projetos climáticos ao longo do seu ciclo de vida (programação, identificação, avaliação, financiamento, execução e avaliação), a fim de aumentar a eficiência e reduzir as fugas.

- *Os países necessitam de fluxos sólidos de projetos de alta qualidade e financiáveis adaptados a cada fonte e instrumento de financiamento climático novo ou inovador.* Os bancos verdes nacionais e os fundos climáticos devem desenvolver estes fluxos, permitindo uma mobilização mais rápida de recursos. A principal oportunidade de África gerar novos financiamentos para a transição energética passa por utilizar o crescente interesse mundial em financiamentos e investimentos verdes e sustentáveis pelo menos desde o Acordo de Paris, em 2015.
- *Os governos têm de adotar e aplicar políticas robustas que incentivem a utilização de bens, serviços e mão de obra locais ou, pelo menos, nacionais, em ações climáticas.* Devem também prosseguir o modelo de franquia como fonte de transferência de tecnologia, ajudando a impulsionar a eficiência do mercado, a atingir a escalabilidade com celeridade e a criar emprego, de modo a partilhar os benefícios do acréscimo de valor das atividades de produção, pelo menos em parte, deixando de continuar a ser importadores de tecnologias energéticas. Além disso, África tem desafios únicos em que a transição corresponde mais a uma questão de avançar numa direção limpa e sustentável, ao invés de descarbonizar, para o que são necessárias tecnologias e modelos de negócio desenvolvidos localmente. Estas ações poderiam muito bem estimular o investimento na inovação liderada pelo continente, apoiada por projetos de demonstração e projetos-piloto para experimentar abordagens que poderão ser únicas em África.
- *Os países africanos deverão desenvolver instrumentos de mobilização de recursos internos bem adaptados para financiar a resiliência climática e a transição energética, ajudando a aliviar a dependência excessiva dos recursos*

*externos de financiamento climático.* Com o apoio de parceiros de desenvolvimento como o Banco, os países deverão impulsionar reformas fiscais ambiciosas abrangendo impostos ambientais, subvenções, impostos sobre bens imóveis e reformas dos direitos de importação que lhes confirmam margem de manobra financeira para apoiar ações de resiliência climática.

- *Os países deverão considerar o financiamento combinado para proporcionar incentivos fiscais aos emitentes de instrumentos de financiamento verde.* O financiamento combinado poderá ajudar a reduzir o risco dos investimentos na transição do setor privado e, deste modo, tirar partido de instrumentos como as obrigações verdes, os empréstimos verdes, as obrigações de sustentabilidade e as obrigações e empréstimos indexados à sustentabilidade. O pacote de 8,5 bilhões de dólares americanos da África do Sul anunciado na COP26 demonstra o potencial dos países africanos de utilizarem acordos bilaterais e multilaterais e uma combinação de pacotes de subvenções e financiamentos em condições preferenciais para financiar as transições energéticas.

### **Recomendações para os parceiros de desenvolvimento bilaterais e multilaterais de África**

- *Estes parceiros devem ter como objetivo disponibilizar mais instrumentos financeiros em condições preferenciais e subvenções para as alterações climáticas.* Devem visar firmemente não só o aumento da percentagem de financiamento climático nas suas atividades, mas também concedê-lo em condições preferenciais para evitar o agravamento da sustentabilidade da dívida. Além disso, devem apoiar um impulso claro no sentido de cumprir e exceder o compromisso de 100 bilhões de dólares americanos dos países desenvolvidos e de promover uma maior transparência na contabilidade do carbono e no acompanhamento do financiamento climático.
- *Os parceiros têm de apoiar a harmonização de políticas e regulamentos para assegurar a integração regional.* A ZLEC exigirá um esforço concertado para coordenar abordagens e a

---

Os parceiros de desenvolvimento bilaterais e multilaterais devem ter como objetivo disponibilizar mais instrumentos financeiros em condições preferenciais e subvenções para as alterações climáticas



implementação de políticas para alinhar as leis locais com os planos continentais. As intervenções unificadas em matéria de alterações climáticas e uma coordenação mais estreita de toda a agenda de reformas poderão reduzir as barreiras ao comércio e aumentar a cooperação, bem como melhorar a confiança entre as partes interessadas.

- *O Banco, em particular, deverá tirar partido da sua vantagem comparativa para assumir a liderança dos esforços continentais, multinacionais e globais em matéria de resiliência*

*climática.* Com a sua presença de longa data no terreno nos países e a sua experiência privilegiada com as partes interessadas de África, deverá ser um catalisador de mudança para canalizar mais recursos climáticos para o continente e ajudar os países africanos a aumentar a sua capacidade de absorção. Estas medidas exigirão também que o Banco seja um interveniente principal nas negociações climáticas da COP27, no Egito, reagendada (devido à COVID-19) para novembro de 2022.

## ANEXO 3.1

**TABELA A3.1** Abreviaturas da figura 3.7

Agências e instituições de implementação		Fundos e iniciativas multilaterais	
AFD	Agence Française de Développement (Agência Francesa de Desenvolvimento)	AREI	Iniciativa de Energias Renováveis para África
BAD	Banco Asiático de Desenvolvimento	ASAP	Programa de Apoio a Pequenos Agricultores para Adaptação às Alterações Climáticas
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento ("o Banco")	CAFI	Iniciativa Florestal da África Central
BEI	Banco Europeu de Investimento	CBFF	Fundo para a Floresta da Bacia do Congo (sob tutela do Banco)
BEIS	Departamento para a Estratégia Empresarial, Energética e Industrial (RU)	CTF	Fundo de Tecnologias Limpas (implementado através do BM, do BAD, do Banco, do BERD e do BID)
BERD	Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento	FA	Fundo de Adaptação (o GEF atua como secretariado e o BM como administrador)
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento	FAAC	Fundo Africano para as Alterações Climáticas
BM	Banco Mundial	FCPF	Mecanismo de Parceria para o Carbono Florestal
BMZ	Bundesministerium für Wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung (Ministério Federal da Cooperação e Desenvolvimento Económicos, Alemanha)	FEC	Fundo Estratégico para o Clima (implementado através do BM, do BAD, do Banco, do BERD e do BID)
CIDA	Agência Internacional de Desenvolvimento do Canadá	FIC	Fundos de Investimento Climático (implementados através do BM, do BAD, do Banco, do BERD e do BID)
DEFRA	Departamento do Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais (RU)	FIP	Programa de Investimento Florestal (implementado através do BM, do BAD, do Banco, do BERD e do BID)
DFAT	Departamento dos Negócios Estrangeiros e Comércio (Austrália)	FPMD	Fundo para os Países Menos Desenvolvidos (sob tutela do GEF)
DFC	Sociedade Financeira para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos	FVC	Fundo Verde para o Clima
Ex-Im	Banco de Exportação-Importação dos Estados Unidos	GCCA	Programa de Apoio à Aliança Global contra as Alterações Climáticas
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura	GEEREF	Fundo Mundial para a Eficiência Energética e as Energias Renováveis
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola	GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
FFEM	Fonds Français pour l'Environnement Mondial (Fundo Francês para o Ambiente Mundial)	IC	Implementação Conjunta (ao abrigo do Protocolo de Quioto)
GIZ	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH (Cooperação Técnica Alemã)	MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (implementado ao abrigo do Protocolo de Quioto)
JBIC	Banco do Japão para a Cooperação Internacional	PPCR	Programa Piloto para a Resiliência Climática (implementado através do BM, do BAD, do Banco, do BERD e do BID)
JICA	Agência de Cooperação Internacional do Japão	PPM	Parceria para a Preparação do Mercado
KfW	Kreditanstalt für Wiederaufbau (Banco Alemão de Desenvolvimento)	Programa UN-REDD	Programa das Nações Unidas para a Redução das Emissões provenientes da Desflorestação e Degradação Florestal
MIES	Mission Interministérielle de l'Effet de Serre (Missão Interministerial para as Alterações Climáticas, França)	SCCF	Fundo Especial para as Alterações Climáticas (sob tutela do GEF)
MOFA	Ministério dos Negócios Estrangeiros (Japão)	SREP	Programa de Aumento de Energias Renováveis para Países de Baixo Rendimento (implementado através do BM, do BAD, do Banco, do BERD e do BID)
NMFA	Ministério dos Negócios Estrangeiros Norueguês	<b>Fundos e iniciativas bilaterais</b>	
NORAD	Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento	Fundo NAMA	Fundo de Ação de Mitigação Nacionalmente Apropriada (RU, Alemanha, Dinamarca e CE)
PNUA	Programa das Nações Unidas para o Ambiente	GCCI	Iniciativa Global contra as Alterações Climáticas (EUA)
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	GCPF	Fundo de Parceria Global para a Mitigação das Alterações Climáticas (Alemanha, RU e Dinamarca)
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional	ICF	International Climate Finance (financiamento climático internacional, RU)
		IKI	Internationale Klimaschutzinitiative (iniciativa internacional para o clima, Alemanha)
		NICFI	Iniciativa Internacional para o Clima e as Florestas da Noruega
		ODM-F	Fundo de Realização dos ODM (implementado pelo PNUD)
		REM	REDD+ Early Movers (Alemanha e RU)



## ANEXO 3.2

**TABELA A3.2 Fundos internos e externos geridos pelo Banco**

Nome	Descrição
<i>Fundos internos</i>	
Fundo Africano para as Alterações Climáticas (FAAC)	Um fundo multidoadores gerido pelo Banco com contribuições até à data da Alemanha, Itália e Flandres (Bélgica), o FAAC apoia os países africanos na expansão do acesso ao financiamento climático e na viabilização de uma transição para um desenvolvimento hipocarbónico e resiliente ao clima, de acordo com as suas Contribuições Nacionalmente Determinadas.
Centro Africano de Tecnologia Climática (ACTC)	O ACTC é um projeto financiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente destinado a apoiar os países da África Subsariana no aumento da utilização de tecnologias hipocarbónicas e resilientes ao clima para a adaptação e mitigação das alterações climáticas. Tal é conseguido através do reforço do trabalho em rede e da disseminação de conhecimentos no que respeita à transferência e financiamento de tecnologias climáticas, permitindo a expansão da transferência de tecnologia através de reformas de políticas, institucionais e organizacionais dos ambientes nacionais e regionais propícios e integrando tecnologias de combate às alterações climáticas em programas e projetos de investimento.
Facilidade Africana para a Água (AWF)	A AWF é uma iniciativa do Conselho Africano de Ministros sobre a Água sob tutela do Banco, criada em 2004 para ajudar os países africanos a alcançar os objetivos da Visão Africana sobre a Água 2025.
Fundo Agriculture Fast Track (AFT)	O Fundo AFT (AFTF) é um fundo fiduciário multidoadores gerido pelo Banco Africano de Desenvolvimento com o apoio financeiro da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, da Assistência Dinamarquesa ao Desenvolvimento Internacional e da Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional. O objetivo do AFT é desbloquear o financiamento de projetos de infraestruturas agrícolas através da cobertura dos custos iniciais de preparação que os promotores dos investimentos não sejam capazes de suportar sozinhos.
Fundo Especial ClimDev (CDSF)	Trata-se de um fundo fiduciário multidoadores estabelecido para apoiar os países, instituições e comunidades africanos na construção de resiliência aos impactos das alterações climáticas e da variabilidade climática, com três áreas centrais: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gerar, disseminar amplamente e utilizar informações sobre o clima fiáveis e de elevada qualidade para o desenvolvimento em África.</li> <li>• Reforçar a capacidade dos decisores políticos e das instituições de apoio às políticas para gerar análises de qualidade e dados concretos sobre as alterações climáticas e as suas implicações para África, para efeitos de utilização no planeamento do desenvolvimento.</li> <li>• Implementar práticas-piloto de adaptação que demonstrem o valor da integração das informações sobre o clima no planeamento do desenvolvimento e criar conhecimentos que contribuam para a tomada de decisões.</li> </ul>
Fundo para o Abastecimento de Água e Saneamento em Zonas Rurais (RWSSI)	O RWSSI é uma iniciativa de âmbito africano promovida pelo Banco. É uma resposta regional à crise do abastecimento de água e saneamento em zonas rurais em África, financiada através de contribuições do Banco, de agências bilaterais e multilaterais, de governos e comunidades africanos e do Fundo Fiduciário RWSSI. O objetivo é acelerar o acesso ao abastecimento de água potável e saneamento na África rural, a fim de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as metas da Visão Africana sobre a Água.
Fundo de Energia Sustentável para África (SEFA)	Trata-se de um fundo multidoadores sob tutela do Banco com contribuições até à data da Dinamarca, dos Estados Unidos, do Reino Unido e de Itália. Promove as energias renováveis e a eficiência energética através de projetos de pequena e média dimensão impulsionados pelo setor privado, necessários para estimular a transição do continente para um crescimento mais inclusivo e verde.
Fundo de Desenvolvimento Municipal Urbano (UMDF)	Lançado em abril de 2019, o UMDF é um fundo fiduciário multidoadores com contribuições do Fundo Nórdico de Desenvolvimento, da Agência de Exportação e Investimento Estrangeiro da Valónia e da Secretaria de Estado Suíça para os Assuntos Económicos. Foi concebido para apoiar as cidades africanas a melhorar a sua resiliência e a gerir melhor o crescimento urbano através do planeamento, da governação e da qualidade dos serviços básicos. O UMDF procura melhorar a assistência técnica, o reforço de capacidades em matéria de planeamento urbano, a preparação de projetos e a governação a fim de reforçar a viabilidade e a competitividade das cidades africanas para alcançar o desenvolvimento socioeconómico sustentável.
<i>Fundos externos</i>	
Fundo de Adaptação (FA)	O Banco é uma entidade acreditada junto do Fundo de Adaptação para ajudar a aumentar a capacidade dos países africanos para se adaptarem aos impactos negativos das alterações climáticas e a diminuir a sua vulnerabilidade a estes efeitos.
Fundos de Investimento Climático (FIC)	Criados em 2008, os FIC, no valor de 8,3 bilhões de dólares americanos, prestam apoio financeiro a países de médio e baixo rendimento em tecnologias hipocarbónicas e no desenvolvimento de resiliência climática. Os FIC proporcionam financiamento novo e adicional para complementar os mecanismos de financiamento bilaterais e multilaterais existentes a fim de demonstrar e implementar ações de transformação para efeitos de mitigação e adaptação às alterações climáticas.
Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF)	O GEF é um fundo fiduciário multidoadores que financia ações destinadas a fazer face a ameaças críticas ao ambiente global. Concede subvenções e algum financiamento em condições preferenciais para cobrir os custos "incrementais" ou adicionais associados à transformação de um projeto com benefícios nacionais num projeto com benefícios ambientais globais.
Fundo Verde para o Clima (FVC)	O FVC foi estabelecido em 2010 como uma entidade operacional do mecanismo financeiro da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC). Tornou-se operacional em 2015. O principal objetivo do FVC é promover uma mudança de paradigma para vias de desenvolvimento hipocarbónicas e resilientes às alterações climáticas nos países em desenvolvimento. O Banco é uma das Entidades Credenciadas do FVC através da qual o fundo desembolsa os seus financiamentos aos países beneficiários. As decisões de financiamento são orientadas por seis critérios de investimento que refletem as principais características do FVC.

Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento 2019.

## NOTAS

1. CQNUAC s.d.
2. Análise baseada em 44 países africanos.
3. Integral Consult 2021.
4. Integral Consult 2021, com base em dados da Plataforma de CND para África (2021).
5. Os cenários de baixo e alto aquecimento correspondem a aumentos inferiores a 2 graus e superiores a 4 graus Celsius nas temperaturas médias globais, respetivamente. Os valores baseiam-se em dados do Banco.
6. Governo escocês 2021.
7. OECD 2021.
8. Masood e Tollefson 2021.
9. CQNUAC 2011.
10. [https://www.thegef.org/projects-operations/database?f%5B0%5D=%3A2207&f%5B1%5D=focal\\_areas%3A2207](https://www.thegef.org/projects-operations/database?f%5B0%5D=%3A2207&f%5B1%5D=focal_areas%3A2207).
11. Watson e Schalatek 2022.
12. CPI 2021.
13. Watson e Schalatek 2022.
14. Bennett 2021.
15. Watson e Schalatek 2022.
16. Os marcadores do Rio referem-se às convenções da Cimeira do Rio de Janeiro de 1992 sobre biodiversidade, alterações climáticas (mitigação e adaptação) e desertificação (OCDE s.d. b).
17. Garschagen e Doshi 2022.
18. Incluindo o Burundi, a República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Eritreia, Guiné-Bissau, Libéria, Mauritânia, Serra Leoa, Somália, Sudão do Sul e Sudão.
19. Extraído de <https://data.worldbank.org/indicator/CM.MKT.LCAP.GD.ZS?locations=MU>.
20. Soumaré et al. 2021.
21. Kahn et al. 2019.
22. Jordà et al. 2019.
23. Cherif e Hasanov 2018.
24. Benali, Abdelkafi e Feki, 2018; Kling et al. 2018.
25. Dafermos, Nikolaidi e Galanis 2018.
26. Thwaites et al. 2017.
27. Thwaites e Amerashinghe 2017.
28. GFANZ 2021.
29. Marsh 2021.
30. CQNUAC 2021.
31. CPI 2021.
32. CPI 2021.
33. Napier 2021.
34. FSD Kenya e South Pole 2021.
35. Muganyi, Yan e Sun 2021.
36. Marbuah 2020.
37. Um “mercado de carbono” ou sistema de comércio de gases com efeito de estufa constitui um método para reduzir o dióxido de carbono e outros gases com efeito de estufa, colocando um preço na libertação de carbono. Quando bem concebido e implementado, este método de redução da poluição tem sido eficaz no controlo de outros poluentes.
38. Uma “compensação de carbono” é uma redução das emissões de gases com efeito de estufa – ou um aumento do armazenamento de carbono (por exemplo, através da recuperação de solos ou da plantação de árvores) – utilizada para compensar as emissões que ocorrem noutros locais.
39. Em comparação com 4% na América Latina, 5,9% na China e 5% na Índia (CQNUAC, 2012).
40. Henze 2022.
41. Yu et al. 2021.
42. Koh et al. 2021.
43. Koh et al. 2021.
44. Koh et al. 2021.
45. CPLC 2017.
46. McKinsey 2021.
47. A União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) define soluções baseadas na natureza como “medidas para proteger, gerir de forma sustentável e restaurar ecossistemas naturais ou modificados, que respondam aos desafios sociais de forma eficaz e adaptável e proporcionem simultaneamente bem-estar humano e benefícios para a biodiversidade”.
48. Shalal 2021.
49. Kahn 2019.
50. Ver Banco Africano de Desenvolvimento (2021a) quanto às reflexões sobre questões de reestruturação da dívida em África.
51. Banco Africano de Desenvolvimento 2016.
52. Banco Africano de Desenvolvimento 2016.
53. PNUA 2016.
54. BEI 2021.
55. Banco Africano de Desenvolvimento, 2021b.
56. IRENA 2020.



## REFERÊNCIAS

- Banco Africano de Desenvolvimento. 2016. "African Natural Resources Center: Catalyzing Growth and Development through Effective Natural Resources Management." Abijão, Costa do Marfim: Banco Africano de Desenvolvimento. [https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/anrc/AfDB\\_ANRC\\_BROCHURE\\_en.pdf](https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/anrc/AfDB_ANRC_BROCHURE_en.pdf).
- Banco Africano de Desenvolvimento. 2019. *Climate Finance Matters 2019*. Abijão, Costa do Marfim: Banco Africano de Desenvolvimento.
- Banco Africano de Desenvolvimento. 2021a. *Perspetivas Económicas em África 2021*. Abijão, Costa do Marfim: Banco Africano de Desenvolvimento.
- Banco Africano de Desenvolvimento. 2021b. *Potential for Green Banks & National Climate Change Funds in Africa: Scoping Report*. Abijão, Costa do Marfim: Banco Africano de Desenvolvimento.
- Banco Mundial. 2020. "Mobilising Private Finance for Nature." Washington, DC: Banco Mundial. [https://thedocs.worldbank.org/en/doc/916781601304630850-0120022020/original/Finance forNature28Sepwebversion.pdf](https://thedocs.worldbank.org/en/doc/916781601304630850-0120022020/original/Finance%20for%20Nature%28Sepwebversion.pdf).
- Banco Mundial. 2021. "What You Need to Know about Green Loans." Reportagem, 4 de outubro. <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2021/10/04/what-you-need-to-know-about-green-loans>.
- BEI (Banco Europeu de Investimento). 2021. *Finance in Africa: For Green, Smart and Inclusive Private Sector Development*. Luxemburgo: Banco Europeu de Investimento.
- Benali, N., I. Abdelkafi e R. Feki. 2018. "Natural-disaster Shocks and Government's Behavior: Evidence from Middle-income Countries." *International Journal of Disaster Risk Reduction* 27: 1-6.
- Bennett, V. 2021. "MDBs' Climate Finance Rose to US\$66 Billion in 2020, Joint Report Shows." Comunicado de imprensa, Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, 30 de junho. <https://www.ebrd.com/news/2021/mdbs-climate-finance-rose-to-us-66-billion-in-2020-joint-report-shows.html>.
- BloombergNEF (Relatório Bloomberg New Energy Finance). 2021. "Sustainable Finance Database." Consultado em 1 de abril de 2022.
- Cherif, R., e F. Hasanov. 2018. "The Volatility Trap: Precautionary Saving, Investment, and Aggregate Risk." *International Journal of Financial Economics* 23: 174-185.
- CPI (Climate Policy Initiative). 2021. *Global Landscape of Climate Finance 2021*. <https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2021/10/Full-report-Global-Landscape-of-Climate-Finance-2021.pdf>.
- CPCLC (Coligação para a Liderança dos Mecanismos de Fixação de Preço do Carbono). 2017. "Report of the High-Level Commission on Carbon Prices: Interview with Co-Chairs of the High-Level Commission on Carbon Prices". Washington, DC: Banco Mundial.
- CQNUAC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas). 2011. "Report of the Conference of the Parties on its Sixteenth Session, Held in Cancun from 29 November to 10 December 2010." <http://unfccc.int/resource/docs/2010/cop16/eng/07a01.pdf>.
- CQNUAC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas). 2012. "Benefits of the Clean Development Mechanism 2012." [https://unfccc.int/resource/docs/publications/abc\\_2012.pdf](https://unfccc.int/resource/docs/publications/abc_2012.pdf).
- CQNUAC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas). 2021. "Nationally Determined Contributions under the Paris Agreement." Relatório de síntese revisto pelo Secretariado. [https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma2021\\_08r01\\_E.pdf](https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma2021_08r01_E.pdf).
- CQNUAC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas). s.d. "Decision -/CP.26, Glasgow Climate Pact." Versão prévia não revista. [https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cop26\\_auv\\_2f\\_cover\\_decision.pdf](https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cop26_auv_2f_cover_decision.pdf).
- Dafermos, Y., M. Nikolaidi e G. Galanis. 2018. "Climate Change, Financial Stability and Monetary Policy." *Ecological Economics* 152: 219-234.
- FSD Kenya & South Pole, 2021 "Green Finance Ecosystem in Kenya." Race to Zero, 2 de novembro. <https://racetozero.unfccc.int/africa-green-finance-coalition-seizing-the-opportunity-that-greeninvestment-provides/>. Consultado em 15 de março de 2022.
- Garschagen, M., e D. Doshi. 2022. "Does Funds-based Adaptation Finance Reach the Most Vulnerable Countries?" *Global Environmental Change* 73 (março): 102450.
- GFANZ (Aliança Financeira de Glasgow para Zero Emissões Líquidas). 2021. *The Glasgow Financial Alliance for Net Zero: Our Progress and Plan towards a Global Economy*. <https://assets.bbhub.io/company/sites/63/2021/11/GFANZ-Progress-Report.pdf>.



- Governo escocês. 2021. “Scotland to Boost Climate Funding.” Comunicado de imprensa, 11 de novembro. <https://www.gov.scot/news/scotland-to-boost-climate-funding/>.
- Henze, 2022 “Carbon Offset Prices Could Increase Fifty-Fold by 2050.” BloombergNEF, 10 de janeiro. <https://about.bnef.com/blog/carbon-offset-prices-could-increase-fifty-fold-by-2050/>. Consultado em 15 de março de 2022.
- Integral Consult. 2021. “Needs of African Countries Related to Implementing the UN Framework Convention on Climate Change and the Paris Agreement, January 2021.” [https://unfccc.int/sites/default/files/resource/Needs%20Report\\_African%20countries\\_Bank\\_FINAL.pdf](https://unfccc.int/sites/default/files/resource/Needs%20Report_African%20countries_Bank_FINAL.pdf).
- IRENA (Agência Internacional das Energias Renováveis). 2020. *The Renewable Energy Transition in Africa Country Studies for Côte d'Ivoire, Ghana, South Africa, Morocco and Rwanda*. Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos: IRENA. [https://www.irena.org/-/media/Files/IRENA/Agency/Publication/2021/March/Renewable-Energy-Transition-Africa\\_Country\\_Studies\\_2021.pdf](https://www.irena.org/-/media/Files/IRENA/Agency/Publication/2021/March/Renewable-Energy-Transition-Africa_Country_Studies_2021.pdf).
- Jordà, Ò., M. Schularick, A. M. Taylor e F. Ward. 2019. “Global Financial Cycles and Risk Premiums.” *IMF Economics Review* 67: 109–150.
- Kahn, M., K. Mohaddes, R. N. C. Ng, M. H. Pesaran, M. Raissi e J. C. Yang. 2019. “Long-Term Macroeconomic Effects of Climate Change: A Cross-Country Analysis.” Documento de Trabalho WP19–215, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Kling, G., Y. Lo, V. Murinde e U. Volz. 2018. “Climate Vulnerability and the Cost of Debt.” Faculdade de Estudos Orientais e Africanos (SOAS) da Universidade de Londres e Instituto Alemão de Desenvolvimento.
- Koh, L. P., Y. Zeng, T. V. Sarira e K. Siman. 2021. “Carbon Prospecting in Tropical Forests for Climate Change Mitigation.” *Nature Communications* 12 (1): 1–9.
- Marbuah, 2020 “Scoping the Sustainable Finance Landscape in Africa: The Case of Green Bonds.” Estocolmo: Centro de Sustentabilidade Financeira de Estocolmo. [https://www.stockholmsustainablefinance.com/wp-content/uploads/2018/06/SSFC\\_greenbonds\\_africa\\_report.pdf](https://www.stockholmsustainablefinance.com/wp-content/uploads/2018/06/SSFC_greenbonds_africa_report.pdf). Consultado em 15 de março de 2022.
- Marsh, A. 2021. “Investors in Fossil Fuels Announce Plans to Divest \$39.2 Trillion.” *Business Standard*, 26 de outubro. [https://www.business-standard.com/article/markets/investors-in-fossil-fuels-announce-plans-to-divest-39-2-trillion-121102600666\\_1.html](https://www.business-standard.com/article/markets/investors-in-fossil-fuels-announce-plans-to-divest-39-2-trillion-121102600666_1.html).
- McKinsey. 2021. *Africa's Green Manufacturing Crossroads: Choices for a Low-carbon Industrial Future*. McKinsey & Company.
- Muganyi, T., L. Yan e H. P. Sun. 2021. “Green Finance, Fintech and Environmental Protection: Evidence from China.” *Environmental Science and Ecotechnology* 7: 100107.
- Napier, M. 2021. “Africa Green Finance Coalition: Seizing the Opportunity that Green Investment Provides.” *Race to Zero*, 2 de novembro. <https://racetozero.unfccc.int/africa-green-finance-coalition-seizing-the-opportunity-that-green-investment-provides/>.
- OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). 2021. “Climate Finance Provided and Mobilised by Developed Countries Aggregate Trends Updated with 2019 data. Climate Finance and the USD 100 Billion Goal.” Paris: OECD Publishing.
- OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). s.d. a. “Climate Change: OECD DAC External Development Finance Statistics.” Paris: OECD Publishing.
- OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). s.d. b. *OECD DAC Rio Markers for Climate Change Handbook*. Paris: OECD Publishing.
- Pauw, P., T. Beck e M. J. Valverde. 2022. “NDC Explorer.” Instituto Alemão de Desenvolvimento, Centro Africano de Estudos Tecnológicos, Instituto do Ambiente de Estocolmo e Centro de Colaboração para o Financiamento do Clima e da Energia Sustentável da Escola de Frankfurt-PNUA
- Plataforma de CND para África. 2021. *Africa's NDC Journey and the Imperative for Climate Finance Innovation: A Report by the Africa NDC Hub for COP26*. [https://africandchub.org/sites/default/files/2021-11/211103\\_ANDC%20Hub\\_Africa%E2%80%99s%20NDC%20journey%20and%20climate%20finance\\_.pdf](https://africandchub.org/sites/default/files/2021-11/211103_ANDC%20Hub_Africa%E2%80%99s%20NDC%20journey%20and%20climate%20finance_.pdf).
- PNUA (Programa das Nações Unidas para o Ambiente). 2016. “Is Africa's Natural Capital the Gateway to Finance Its Development?” Notícia, 21 de setembro. <https://www.unep.org/news-and-stories/story/africas-natural-capital-gateway-finance-its-development>.
- PNUA (Programa das Nações Unidas para o Ambiente). 2021. “Global Insurance and Reinsurance Leaders Establish Alliance to Accelerate Transition to Net-zero Emissions Economy.” Comunicado de imprensa, 11 de julho. <https://www.unep.org/news-and-stories/press-release/global-insurance-and-reinsurance-leaders-establish-alliance>.



- Shalal, A. 2021. "IMF, World Bank to Unveil 'Green Debt Swaps' Option by November, Georgieva Says." *Reuters*, 8 de abril. <https://www.reuters.com/article/us-imf-world-bank-climate-swaps-idUSKBN2BV2NU>. Consultado em 7 de março de 2022.
- Soumaré, I., D. Kanga, J. Tyson e S. Raga. 2021. "Capital Market Development in Sub-Saharan Africa: Progress, Challenges and Innovations." ODI Research Series for Financial Development in Africa WP 2, Instituto de Desenvolvimento Ultramarino, Londres.
- Spinaci, S. 2021. "Green and Sustainable Finance." [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2021/679081/EPRS\\_BRI\(2021\)679081\\_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2021/679081/EPRS_BRI(2021)679081_EN.pdf).
- Thwaites, J., e N. Amerasinghe. 2017. *The Climate Finance Architecture the World Needs*. Washington, DC: Instituto dos Recursos Mundiais
- Thwaites, J., N. Amerasinghe, G. Larsen e A. Ballesteros. 2017. *The Future of the Funds: Exploring the Architecture of Multilateral Climate Finance*. Washington, DC: Instituto dos Recursos Mundiais
- UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza). 2020. "Women in Mozambique engage in Climate Change action. União Internacional para a Conservação da Natureza. Comunicado de imprensa, 9 de março. Gland, Suíça: UICN. <https://www.iucn.org/news/eastern-and-southern-africa/202003/women-mozambique-engage-climate-change-action>.
- Van der Ven, C., e L. Signé. 2021. "Greening the AfCFTA: It Is Not Too Late." Documento sobre políticas, Iniciativa para o Crescimento de África no Instituto Brookings, Washington, DC. <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2021/09/21.09.15-Greening-the-AfCFTA.pdf>.
- Watson, C., e Schalatek, L. 2022. "The Global Climate Finance Architecture." Climate Finance Fundamentals 2, Climate Funds Update, Instituto de Desenvolvimento Ultramarino e Heinrich Böll Stiftung, Londres e Washington, DC. [https://climatefundsupdate.org/wp-content/uploads/2022/03/CFF2-Global-CF-Architecture\\_ENG-2021.pdf](https://climatefundsupdate.org/wp-content/uploads/2022/03/CFF2-Global-CF-Architecture_ENG-2021.pdf).
- Yu S., J. Edmonds, C. Munnings, J. Hoekstra, J. Steponaviciute e E. Lochner. 2021. "The Potential Role of Article 6 Compatible Carbon Markets in Reaching Net-Zero." Documento de Trabalho, Escola de Política Pública da Universidade de Maryland, College Park, MD. [https://www.ieta.org/resources/Resources/Net-Zero/Final\\_Net-zero\\_A6\\_working\\_paper.pdf](https://www.ieta.org/resources/Resources/Net-Zero/Final_Net-zero_A6_working_paper.pdf).